

M

MESTRADO  
CONTABILIDADE E FINANÇAS

# A Convergência entre a Responsabilidade Social e as Misericórdias: o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia do Porto

María de Lurdes Sousa Araújo

07/21

INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

M

MESTRADO  
CONTABILIDADE E FINANÇAS

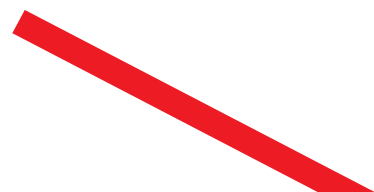
# A Convergência entre a Responsabilidade Social e as Misericórdias: o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Maria de Lurdes Sousa Araújo

07/21

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Doutora Ana Maria Bandeira e da Doutora Deolinda Aparício Meira**

Maria de Lurdes Sousa Araújo - A Necessária Convergência entre a  
Responsabilidade Social e as Misericórdias: o estudo de caso da  
Santa Casa da Misericórdia do Porto  
07/21



## AGRADECIMENTOS

*“Ninguém vence sozinho, nem no campo, nem na vida!”*

**Papa Francisco**

Agradeço aos meus filhos pela paciência e compreensão que tiveram comigo e a motivação que me contagiou até ao fim,

Agradeço às minhas orientadoras, Doutora Ana Maria Bandeira e Doutora Deolinda Aparício Meira pela força e sabedoria que me transmitiram,

Agradeço a ti, Jean-Bernard, por teres sido o cúmplice perfeito que tornou realidade esta dissertação.

## RESUMO

A necessária convergência entre a responsabilidade social e as Misericórdias, a importância das Misericórdias na nossa sociedade, a história plurisecular que estas organizações possuem e a escassez de trabalhos académicos sobre a Responsabilidade Social e a sustentabilidade nas Misericórdias faz com que esta investigação seja um tema atual de extrema pertinência. Assim, este estudo tem como principal objetivo analisar a convergência entre a divulgação da responsabilidade social e o setor da economia social e, em particular, as Misericórdias. Com base numa metodologia de investigação de natureza qualitativa e com recurso à análise de conteúdo, procedeu-se, numa primeira etapa, à análise dos *sites* de todas as misericórdias portuguesas, como vista a aferir se existia, ou não, a divulgação dos relatórios de sustentabilidade no período compreendido entre 2018 e 2019. Verificou-se que, das 387 misericórdias portuguesas, apenas a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) divulga o relatório de sustentabilidade. De seguida, numa segunda etapa do estudo, e também com recurso a uma metodologia de natureza qualitativa, baseada no método do estudo de caso, procedeu-se à análise da divulgação da sustentabilidade com base em indicadores de desempenho da sustentabilidade. Os resultados mostram que a SCMP divulga a sua sustentabilidade e a responsabilidade social cumprindo com o conceito *Triple Bottom Line*.

Os principais resultados demonstram que ao nível da transparência, da responsabilidade social e da sustentabilidade, as misericórdias portuguesas ainda têm um caminho a percorrer, pois no período estudado apenas a SCMP divulga o seu desempenho e compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Transparência, Divulgação, Sustentabilidade, Responsabilidade social, Economia Social, Misericórdias.

## ABSTRACT

The necessary convergence between social responsibility and the Mercies, the importance of the Mercies in our society, the centuries-old history that these organizations have and the lack of academic work on Social Responsibility and sustainability in the Mercies makes this research a current topic of extreme relevance. Thus, this study aims to analyze the convergence between the dissemination of social responsibility and the social economy sector and the Mercies. Based on a qualitative research methodology and using the analysis of content, we proceeded, in a first stage, to the analysis of the websites of all the Portuguese Mercies, to assess whether there was the dissemination of sustainability reports in the period between 2018 and 2019. 387 Portuguese mercies, only Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) publish the report of sustainability. In a second stage of the study, and using a qualitative methodology, based on the case study method, an analysis of the disclosure of sustainability based on sustainability performance indicators was carried out. The results show that SCMP discloses its sustainability and social responsibility complying with the Triple Bottom Line concept.

The main results show that in terms of transparency, social responsibility and sustainability, Portuguese Mercies still have a way to go, as in the period studied only SCMP discloses its performance and commitment to social responsibility and sustainability.

**Keywords:** Transparency, Disclosure, Sustainability, Social Responsibility, Social Economy, Mercies.

**ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>3</b>
<b>1.1. A Responsabilidade Social.....</b>	<b>4</b>
<b>1.2 Economia Social versus Responsabilidade Social.....</b>	<b>6</b>
<b>1.3. Conceito de misericórdia e o seu enquadramento jurídico.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3.1. Entidades de direito canónico.....</b>	<b>10</b>
<b>1.3.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social.....</b>	<b>11</b>
<b>1.4. As Misericórdias enquanto entidades da Economia Social.....</b>	<b>12</b>
<b>1.5. A relevância do relatório de Sustentabilidade na Economia Social.....</b>	<b>13</b>
<b>1.6. A necessária convergência entre as Misericórdias e a Responsabilidade Social .....</b>	<b>20</b>
<b>2. ANÁLISE EMPÍRICA.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Objetivos do estudo.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Questões de investigação.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Metodologia de Investigação .....</b>	<b>25</b>
<b>2.4 Definição da amostra .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5 Etapas de investigação .....</b>	<b>26</b>
<b>2.6 Recolha e Tratamento de dados.....</b>	<b>31</b>
<b>2.7 Estudo de Caso .....</b>	<b>35</b>
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - AS 14 OBRAS DAS MISERICÓRDIAS.....	10
TABELA 2 - SITUAÇÃO ECONÓMICA DA ES EM 2016.....	13
TABELA 3 - PRINCÍPIOS CONVERGENTES ENTRE A ES E A RS .....	20
TABELA 4 - CATEGORIAS CONVERGENTES ENTRE ES E RS.....	21
TABELA 5 - LITERATURA RELATIVA À TRANSPARÊNCIA E REGULAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA ES .....	22
TABELA 6 - IDS NA CATEGORIA RECURSOS HUMANOS.....	28
TABELA 7 - IDS NA CATEGORIA PRODUTOS/SERVIÇOS.....	29
TABELA 8 - IDS NA CATEGORIA RELAÇÕES COM A COMUNIDADE .....	30
TABELA 9 - IDS NA CATEGORIA AMBIENTE.....	30
TABELA 10 - IDS NA CATEGORIA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA.....	31
TABELA 11 - ANÁLISE À TRANSPARÊNCIA NAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS POR DISTRITO .....	34
TABELA 12 - ANÁLISE DOS IDS DA CATEGORIA RECURSOS HUMANOS .....	36
TABELA 13 - ANÁLISE DOS IDS NA CATEGORIA PRODUTOS/SERVIÇOS.....	37
TABELA 14 - ANÁLISE DOS IDS NA CATEGORIA RELAÇÕES COM A COMUNIDADE .....	38
TABELA 15 - ANÁLISE DOS IDS NA CATEGORIA AMBIENTE.....	39
TABELA 16 - ANÁLISE DOS IDS DA CATEGORIA DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	40
TABELA 17 - MENSURAÇÃO IDS PRINCÍPIO SOLIDARIEDADE 2018.....	44
TABELA 18 - MENSURAÇÃO IDS PRINCÍPIO SOLIDARIEDADE 2019.....	45
TABELA 19 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS 2018 .....	45
TABELA 20 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS 2019 .....	46
TABELA 21 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO COESÃO SOCIAL 2018 .....	46
TABELA 22 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO COESÃO SOCIAL 2019 .....	47
TABELA 23 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO FUNCIONAMENTO EM REDE 2018 .....	47
TABELA 24 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO FUNCIONAMENTO EM REDE 2019 .....	47
TABELA 25 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO TRANSPARÊNCIA 2018.....	48
TABELA 26 - MENSURAÇÃO IDS NO PRINCÍPIO TRANSPARÊNCIA 2019.....	48
TABELA 27 - MENSURAÇÃO CONVERGÊNCIA ENTRE CATEGORIAS E PRINCÍPIOS .....	49

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<i>GRÁFICO 1 – A TRANSPARÊNCIA NAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS</i> .....	33
<b>GRÁFICO 2 - MENSURAÇÃO IDS CATEGORIA RECURSOS HUMANOS 2018/2019</b> .....	41
<b>GRÁFICO 3 - MENSURAÇÃO IDS CATEGORIA PRODUTOS/SERVIÇOS 2018/2019</b> .....	41
<b>GRÁFICO 4 – MENSURAÇÃO IDS CATEGORIA RELAÇÕES COM A COMUNIDADE 2018/2019</b> .....	42
<b>GRÁFICO 5 - MENSURAÇÃO IDS CATEGORIA AMBIENTE 2018/2019</b> .....	43
<b>GRÁFICO 6 - MENSURAÇÃO IDS CATEGORIA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA</b> .....	43

## ÍNDICE DE MAPAS

<i>MAPA 1 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS MISERICÓRDIAS EM PORTUGAL</i> .....	32
---	----

## **ABREVIATURAS**

<b>CASES</b>	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
<b>ES</b>	Economia Social
<b>EES</b>	Entidades pertencentes à Economia Social
<b>EIPSS</b>	Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>UE</b>	União Europeia
<b>GSSB</b>	<i>Global Sustainability Standards Board</i>
<b>GRI</b>	<i>Global Reporting Initiative</i>
<b>IIRC</b>	<i>International Integrated Reporting Council</i>
<b>IDS</b>	Indicadores de Desempenho da Sustentabilidade
<b>IPSS</b>	Instituições Particulares de Solidariedade Social
<b>ISSO</b>	<i>International Organization for Standardization</i>
<b>LBES</b>	Lei de Bases da Economia Social
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>QI</b>	Questões de Investigação
<b>RI</b>	Relatório Integrado
<b>RS</b>	Responsabilidade Social
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>SCMP</b>	Santa Casa da Misericórdia do Porto
<b>UNGC</b>	<i>United Nations Global Compact</i>
<b>UMP</b>	União das Misericórdias Portuguesas
<b>VAB</b>	Valor Acrescentado Bruto

## **INTRODUÇÃO**

## **Tema e objeto de estudo**

Os recentes eventos que assolaram o mundo, com destaque para a pandemia covid-19 demonstram que a responsabilidade social (RS) não é só um termo técnico usado no contexto empresarial, mas sim um dever de todos nós porque estamos todos juntos quando uma tragédia assola o nosso planeta. A economia social (ES) está na linha da frente com o objetivo de proteger e apoiar a comunidade. As entidades pertencentes a este setor são orientadas por um conjunto de valores e princípios que se interligam com os princípios da RS. A literatura comprova que a própria natureza e os princípios orientadores das entidades pertencentes à Economia Social (EES) constituem a essência precípua de uma organização socialmente responsável.

## **Justificação e pertinência do tema**

A motivação para a temática em estudo urge do meu interesse em indagar sobre como estas entidades tão importantes para a nossa sociedade promovem a transparência e a RS. Desta forma, é intenção desta dissertação oferecer novos conhecimentos em matéria de sustentabilidade na ES e compreender os atuais procedimentos adotados por estas entidades sobre a RS. Por outro lado, é fulcral refletir sobre a urgência da regulamentação deste setor ao nível da sustentabilidade. A metodologia adotada por esta investigação é uma metodologia qualitativa assente no método de estudo de caso. A escolha das Misericórdias advém do fato de estas instituições serem um marco histórico na sociedade portuguesa e de extrema relevância social e económica tal como resulta da Conta Satélite para a Economia Social (CASES, 2019).

## **Objetivos e questões de partida**

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a necessária convergência entre a divulgação da RS e o sector da economia social, em particular as Misericórdias. Para atingir este propósito pretendemos averiguar se existe transparência e qual é o nível de comunicação institucional que as Misericórdias praticam sobre a RS e a sustentabilidade, se estas instituições divulgam o relatório de sustentabilidade e evidenciam nesses relatórios o seu impacto na sociedade e quais as práticas que as Misericórdias desenvolvem a nível interno e externo num conceito *triple bottom line*.

## **Contribuições esperadas**

A dinâmica da RS tem vindo a assumir um papel preponderante no meio institucional e académico. A realização desta investigação reveste-se de particular importância pois na literatura existem diversas investigações sobre a relevância da divulgação da RS em vários sectores da ES em Portugal. Contudo, existe ainda uma elevada escassez de publicações sobre a divulgação da RS das misericórdias em Portugal e por outro lado tem o intuito de revelar novas informações sobre a forma de atuação das Misericórdias em termos de RS e sustentabilidade.

## **Estrutura da dissertação**

No primeiro capítulo, apresentamos o enquadramento teórico, no qual contextualizamos a ES e a RS, a urgência de uma normalização da RS na ES e uma abordagem às misericórdias como EES e seu enquadramento jurídico. No segundo capítulo, partimos para a análise empírica, analisando a transparência e a RS das misericórdias, incidindo posteriormente na SCMP como objeto do nosso caso de estudo. No terceiro capítulo, apresentamos a discussão dos resultados, demonstrando o comprometimento que a SCMP com a sustentabilidade. No quarto e último capítulo, apresentamos as nossas considerações finais, limitações e propostas para investigações futuras.

## **I ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

Neste capítulo começa-se por refletir sobre a RS e as suas dimensões (subsecção 1.1), e como a ES converge naturalmente para a RS (subsecção 1.2). De seguida, elabora-se uma caracterização das Misericórdias como EES, o seu enquadramento jurídico (subsecção 1.3) e enquanto entidades da Economia Social (subsecção 1.4). Neste seguimento, aborda-se a relevância do relatório de Sustentabilidade na Economia Social (subsecção 1.5) e por fim a necessária convergência entre as Misericórdias e a RS (subsecção 1.6).

## 1.1. A Responsabilidade Social

A definição de RS reveste-se de uma certa complexidade porque um comportamento socialmente responsável pode significar coisas diferentes, conforme o contexto em que está inserido, conforme as pessoas em questão e conforme o momento em que está a ser praticado (Bruns, 2017). Embora não exista uma definição única, esta pode-se definir como as iniciativas sociais voluntárias que as organizações desenvolvem para com as comunidades onde estão integradas, e que vão além dos seus interesses, bem como para além das exigências legais (Amoako & Dartey-Baah, 2020; Voegtlin & Greenwood, 2016; Boğan & Dedeoğlu, 2019).

Nas últimas décadas, a RS tem assumido uma relevância crescente nas organizações. O desempenho na área social e ambiental melhora os resultados das organizações na medida em que estas conseguem estabelecer relações de confiança com os *stakeholders*. Por conseguinte, não só é necessário identificar e assimilar quais são os impactos ambientais, sociais e económicos da atividade, mas também analisar qual é a visão que esses impactos têm e quais são as suas perspetivas de futuro relativamente à organização, para que, através da integração dessas expectativas na estratégia, qualquer decisão que seja tomada tenha em conta os interesses dos *stakeholders*. Deste modo, a organização deixa de agir de forma individual e torna-se numa organização cuja atividade tem em consideração o ambiente, perante o qual se compromete, responde e cria uma relação de confiança a longo prazo (Benhamou, Diaye, & Crifo, 2016).

Atualmente, as organizações desempenham um papel decisivo no desenvolvimento sustentável, pois utilizam os seus recursos, os seus princípios científicos, a sua criatividade e o seu talento para dar solução a alguns dos mais importantes desafios sociais e ambientais que enfrenta a humanidade e zelam para que os diversos impactos criados pela sua atividade sejam positivos, quer para a sociedade, quer para o meio

ambiente, através de um comportamento ético e transparente, que contribua para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar da comunidade (Costa, Santos, Seabra, & Jorge, 2014).

É imprescindível que este comportamento tenha em consideração as expectativas das partes interessadas, respeite a lei, esteja de acordo com as normas internacionais de conduta e atuação, seja assimilado por toda a organização e seja aplicado no relacionamento com as outras organizações (Jacquillat, Solnik, & Pérignon, 2014).

As organizações estão sujeitas ao impacto das suas ações quer dentro quer fora da instituição, nomeadamente, o impacto das suas políticas e ações junto dos funcionários, clientes, comunidades, na sociedade em si e no meio ambiente (Júnior & Demajorovic, 2020).

Como tal, a RS passou a ser um tópico primordial a ser discutido e empregue na gestão das organizações. A qualidade, o cumprimento das leis e o pagamento dos impostos não são os únicos parâmetros a serem exigidos, mas, também, a preocupação com o impacto das operações, políticas e ações sobre a sociedade e o meio ambiente. Tal acontece porque a RS enfatiza o importante papel da comunicação corporativa no estabelecimento e manutenção de diálogos transparentes e abertos com diversos *stakeholders* para promover ações éticas e socialmente responsáveis para várias questões (Lim & A.Greenwoodb, 2017).

De entre as definições de RS existentes na literatura, destaca-se a de Carrol (1979, p. 500), que afirma:

“A Responsabilidade Social Empresarial engloba todas as expectativas económicas, legais, éticas, e discricionárias que a sociedade desenvolve acerca das organizações numa dada época.” (Carroll, 1979, p. 500, traduzido pelo autor).

Segundo a Comissão Europeia, a RS é um conceito em que as organizações decidem voluntariamente contribuir para uma sociedade mais justa, para um ambiente organizacional mais competitivo, baseado num ambiente mais limpo e sustentável, cujas decisões são pautadas pelo bem comum e pelo atendimento às necessidades da população, em redor das organizações estimulando a economia local contribuindo, desta forma, para a reputação da organização perante a sociedade (Saeidi, Sofian, Saeidi, Saeidi, & Saeidi, 2015; Meira & Ramos, 2018).

Neste sentido, a gestão da organização não pode e/ou não deve ser orientada apenas para o cumprimento dos interesses dos seus proprietários, mas também de outros *stakeholders* como, por exemplo, trabalhadores, comunidades locais, fornecedores, poderes públicos, concorrentes e a sociedade em geral. Portanto, o conceito de RS pode ser entendido em duas dimensões: a interna que compreende as responsabilidades relacionadas tanto com os *stakeholders* internos como com a gestão do impacto ambiental, e a externa que engloba um conjunto de responsabilidades corporativas relacionadas com *stakeholders* externos, nomeadamente a comunidade local, consumidores, parceiros comerciais e fornecedores, entre outros (Duarte & Neves, 2010).

A RS pode também ser organizada de acordo com a área específica em que é implementada: social, económica ou ambiental. Essas áreas correspondem ao *triple bottom line*: pessoas, lucro e planeta. Este conceito é por vezes referido como os 3PSs e relaciona-se intrinsecamente com o conceito de desenvolvimento sustentável. Esta premissa defende que o desenvolvimento deve ocorrer de forma a atender às necessidades das gerações atuais, enquanto mantém as condições e oportunidades para as gerações futuras fazerem o mesmo sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Hammer & Pivo, 2016).

## **1.2. Economia social versus Responsabilidade Social**

A ES e RS representam áreas distintas de investigação que têm visto, nos últimos anos, uma convergência progressiva que resultou na ampliação do conceito de RS, que passou definição estritamente ambiental, para a atual inclusão de vários aspetos do desenvolvimento, bem como das dimensões económicas e sociais (Picciotti, 2017).

Desta forma, incluindo nesta dinâmica as organizações cuja finalidade é servir a sociedade e melhorar as condições dos mais vulneráveis podemos considerar que ambos os conceitos desempenham um papel fundamental na realização do desenvolvimento sustentável. A ES é formada por um conjunto de organizações que têm uma missão social central, diferentes níveis de controlo participativo e democrático por parte dos seus membros e usam os excedentes ou lucros financeiros principalmente para cumprir as suas missões sociais (Vickers, Westall, Spear, Brennan, & Syrett, 2017).

A condição necessária para qualquer organização ser incluída na economia social é ter uma atividade económica sem fins lucrativos (Namorado, 2006) que inclui todas as atividades económicas conduzidas por organizações, principalmente Cooperativas,

Associações Mutualistas, Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estas organizações agem de acordo com um conjunto de princípios comuns, tais como a priorização do serviço aos seus membros ou à comunidade; gestão autónoma; um processo de tomada de decisão democrático; a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na distribuição de receitas (Laville, 2011).

Segundo Garrido (2016), a ES é a conceção de uma sociedade alternativa onde as organizações com foro social envolvem-se na vida social de uma forma caritativa e altruísta e as suas relações económicas envolvem-se numa ideologia filantropa. Estas organizações têm atividade económica, mas o seu objetivo é puramente social, então a mensuração do valor social deve ser mais importante do que a do valor económico (Lazkano & Beraza, 2019).

A União Europeia (UE) tem vindo a atribuir uma importância socioeconómica cada vez mais relevante à ES. Na Resolução do Parlamento Europeu acerca da Economia Social, datada de 19 de Fevereiro de 2009, e publicada no Jornal Oficial da UE de 25 de Março de 2010, salienta-se que “a economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica.” (Parlamento Europeu, 2009).

A ES é uma combinação de organizações que, no caso português, está legal e jurisprudencialmente bem determinado. O seu lastro histórico assenta na CRP que, apesar de não utilizar a designação ES, consagra constitucionalmente três setores na sociedade portuguesa, equiparando o setor cooperativo e social ao setor público e ao setor privado.

A Lei de Bases da Economia Social (LBES), aprovada pela Lei nº 30/2013 de 8 de maio, veio estabelecer as bases gerais do regime jurídico da economia social (Meira, 2013; Namorado, 2017).

A LBES define a ES como o conjunto de atividades económico-sociais cuja finalidade é a prossecução do interesse comum da sociedade, quer diretamente ou em articulação com os interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes. O interesse comum referido pelo legislador não é só para a

definição da sua finalidade social, mas também para distinguir estas organizações do setor público e do setor privado devido à sua finalidade, forma de organização e funcionamento. A atividade económico-social desenvolvida por estas organizações visa a satisfação das necessidades dos seus membros, mediante a participação destes na referida atividade ou a satisfação das carências da comunidade (Meira, 2013).

São entidades integrantes da ES as seguintes: as Cooperativas; as Associações Mutualistas; as Misericórdias; as Fundações; as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades dos Subsectores Autogestionário; bem como outras entidades que respeitem os princípios orientadores da ES e que constem na base de dados da ES.

Em Portugal existem quatro organizações de grau superior que representam as várias famílias da economia social:

- ✓ CNIS - Confederação Nacional de Instituições Sociais;
- ✓ FENACERCI - Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas;
- ✓ UM - União das Mutualidades Portuguesas;
- ✓ UMP - União das Misericórdias Portuguesas. (INE, 2019).

Os princípios orientadores da ES estão firmados na Carta de Princípios da Economia Social promovida pela “*European Standing Conference on Cooperatives, Mutual Societies, Associations and Foundations*” a nível da UE (Ruano & Manso, 2019) e também na LBES no seu artigo 5º. Estes princípios são:

- a) o primado da pessoa e dos objetivos sociais;
- b) a adesão e participação livre e voluntária;
- c) o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;

g) a afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.

A RS faz parte do ADN das EES. A ES ao orientar-se por estes princípios apresenta maior potencial da adoção de práticas de Responsabilidade Social Empresarial. De facto, conforme os princípios orientadores da ES evidenciam, estes princípios assentes em valores tais como: solidariedade, igualdade, não discriminação, coesão social, justiça e equidade, transparência, responsabilidade individual e social partilhada, espelham as várias dimensões da RS (Tomé, 2014; Moreno & Sajardo, 2017).

Quer se trate de associações, cooperativas, associações mutualistas, misericórdias ou IPSS, as EES têm um propósito social com o mesmo objetivo: o bem comum (Frimousse & Peretti, 2019). Outros objetivos que não o bem comum e em favor da comunidade e do planeta não podem ser considerados, nem as suas ações podem ser ampliadas sem levar em conta a interconexão com outros setores da sociedade como o Estado e o segundo setor e mesmo a sociedade civil (Tomé, Bandeira, Azevedo, & Costa, 2019).

### **1.3. Conceito de misericórdia e o seu enquadramento jurídico**

As Misericórdias revestem-se de uma extrema relevância na nossa sociedade, pois visam garantir que as carências dos mais vulneráveis sejam colmatadas. Consequentemente, o ordenamento jurídico reconhece-lhes um estatuto especial, que procura permitir e promover esta assistência social (Roque, 2018).

As Misericórdias apresentam um duplo estatuto jurídico, estão sujeitas às disposições de direito canónico e por outro lado, enquanto IPSS sujeitas à regulamentação a esta aplicável (Carvalho, Ferreira, & Lima, 2019).

O conceito de Misericórdia consta do art.º 68.º do Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro, nos termos do qual as Misericórdias são consideradas associações fundadas na ordem jurídica canónica com o propósito de aplicar promover a solidariedade social e praticar atos de culto católico, de acordo com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs.

### 1.3.1. Entidades de direito canónico

As Misericórdias são dotadas de personalidade jurídica canónica, ou seja, são livremente reconhecidas pela Igreja Católica e encontram-se submetidas ao cuidado e à subordinação da autoridade eclesiástica e às quais o Estado reconhece personalidade jurídica (Roque, 2018).

O objeto social das misericórdias é a satisfação de carências sociais, a promoção do culto público a Deus e a proteção dos atos de culto católico. São organizações que gozam de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores e usufruem de proteção histórica da Igreja e do Estado (Teixeira, 2014).

As Misericórdias regem-se por estatutos que se denominam compromissos. Nos termos dos quais, estas entidades têm o fim específico de praticar as obras de misericórdia e estão divididas por sete obras espirituais e sete obras corporais. As obras espirituais estão diretamente relacionadas com questões morais e religiosas, enquanto as obras corporais estão ligadas a fatores materiais (Barbedo, 2017), como se evidencia na tabela seguinte:

***Tabela 1 - As 14 obras das Misericórdias***

<b>Sete Obras Espirituais</b>	<b>Sete Obras Corporais</b>
Ensinar os simples	Remir os cativos e visitar os presos
Dar bons conselhos	Curar e assistir os doentes
Corrigir com caridade os que erram	Vestir os nus
Consolar os que sofrem	Dar de comer a quem tem fome
Perdoar os que nos ofendem	Dar de beber a quem tem sede
Sofrer as injúrias com paciência	Dar pousada aos peregrinos
Rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos	Sepultar os mortos

FONTE: Elaboração Própria

As Misericórdias têm autonomia constitutiva e organizativa que é reconhecida pelo Estado através da nova Concordata instituída com a Santa Sé em 18 de maio de 2004. Estas organizações religiosas constituídas pelas autoridades eclesiásticas, regem-se não só pelo Direito nacional vigente no território em que se encontram estabelecidas, mas igualmente pelo Direito Canónico, gozando de uma proteção similar àquela que é atribuída às pessoas coletivas privadas com fins de natureza similar (Roque, 2018).

As Misericórdias que, além de atuarem com fins religiosos, também desenvolverem atividades de solidariedade social, devem ser qualificadas e regulamentadas como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sendo-lhes aplicável o Estatuto

das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) firmado no Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 novembro (Martins, 2014).

### **1.3.2. Instituições Particulares de Solidariedade Social**

A Constituição da República Portuguesa reconhece a existência de IPSS no artigo 63º, dispondo que o Estado contribui com a sua ajuda para que estas instituições prossigam os seus fins sociais, assumindo-se como parceiras do Estado Social. Estas entidades colaboram com o Estado na garantia de um mínimo vital de direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos. O Estado também fiscaliza, nos termos da lei, o funcionamento das IPSS e de outras de legítimo interesse público sem fins lucrativos, de forma a atingirem os seus objetivos de solidariedade social (Meira, 2013).

Desenvolvendo os preceitos constantes da Constituição, surge o EIPSS, pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro. Nos termos do art.º 1º do EIPSS, as IPSS são organizações sem fins lucrativos fundadas por iniciativa particular com o desígnio de oferecer expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e com o objetivo da concessão de serviços ou contribuições de segurança social desde que não sejam geridas pelo Estado ou por outras entidades públicas.

As IPSS podem assumir a forma associativa ou fundacional. A forma associativa é composta pelas Associações de Solidariedade Social, as Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos, Fundações de Solidariedade Social, Irmandades da Misericórdia. Estas instituições podem ser agrupadas em sindicatos, federações e confederações. São de forma fundacional: as Fundações de Solidariedade Social, os Centros Sociais Paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das Fundações de Solidariedade Social (Bandeira, Ornelas, & Meira, 2020).

Enquanto IPSS, as Misericórdias assumem um papel cooperativo com o Estado e prestam serviços sociais essenciais à comunidade onde estão inseridas. No contexto desta relação de cooperação com o Estado, ficam dependentes do seu financiamento para garantir a prestação de serviços de utilidade pública (Carvalho, Ferreira, & Lima, 2019). Esse financiamento é assegurado nos termos do artigo 4.º do EIPSS, o qual dispõe:

“O Estado aceita, apoia e valoriza o contributo das instituições na efetivação dos direitos sociais” (n.º 1); “o contributo das instituições e o

apoio que às mesmas é prestado pelo Estado concretizam-se em formas de cooperação a estabelecer mediante acordos” (n.º 2); “as instituições podem encarregar-se, mediante acordos, da gestão das instalações e equipamentos pertencentes ao Estado ou às Autarquias locais” (n.º 3); “O apoio do Estado e a respetiva tutela não podem constituir limitações ao direito de livre atuação das instituições” (n.º 4). “

Os principais objetivos das IPSS são: Apoio à família; Educação e formação profissional dos cidadãos; Proteção e promoção da saúde; Apoio à velhice e invalidez; Apoio a crianças e jovens e o Apoio à habitação.

#### **1.4. As Misericórdias enquanto entidades da Economia Social**

As Misericórdias em Portugal, enquadradas como EES, diferem das restantes entidades devido à sua existência plurissecular sendo mais antigas que a própria expressão ES (Moura & Enes, 2016). A atividade destas instituições em Portugal remonta a 15 de agosto de 1498, quando a Rainha D. Leonor fundou a primeira Misericórdia em Portugal. Mais tarde, em 1976, foi criada a UMP para coordenar, orientar, representar e dinamizar as Misericórdias, defendendo os seus interesses e organizando os serviços de interesse comum. A UMP tem regulado a sua atuação tanto pelo diálogo como também pela criação de diversas parcerias institucionais ao longo da sua existência de forma a antecipar os problemas sociais, propondo soluções eficazes e adequadas (UMP, 2021).

As Misericórdias gozam de uma história que demonstra a importância institucional que, detêm nas regiões em que estão estabelecidas, nomeadamente ao nível do emprego local e da conceção de valor social (Moura & Enes, 2016).

Uma das componentes mais relevantes da importância económica e social das Misericórdias é servir os seus utentes na sua proximidade, facilitando assim, o acesso a pessoas, bens e serviços. Têm como responsabilidade e compromisso contribuir de forma decisiva para o progresso, bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente os mais desprotegidos, e concorrem de forma relevante e ativa para um desenvolvimento ambiental, económico e social sustentável. Ao nível sustentável deve integrar todos os processos de decisão em todos os momentos e em todas as atividades desenvolvidas (Arias & Caballero, 2013).

Na vertente económica podemos verificar o peso e a sua importância das Misericórdias na ES na Conta Satélite de 2019 referente a 2016 (CASES, 2019) como se evidencia na tabela seguinte:

**Tabela 2 - Situação Económica da ES em 2016**

Grupos de entidades	Unidades		Emprego Remunerado			VAB			Remunerações			VAB/ETC		Remunerações Médias
	N.º	%	ETC	%	% ES	10 <sup>3</sup> Euros	%	%ES	10 <sup>3</sup> Euros	%	% ES	10 <sup>3</sup> Euros por ETC remunerado		
Cooperativas	2343	3,3%	24402	10,4%	0,6%	604241	12,54%	0,4%	572240	13,2%	0,699%	24,8	23,5	
Associações mutualistas	97	0,1%	4842	2,1%	0,1%	387971	8,05%	0,2%	212094	4,9%	0,259%	80,1	43,8	
<b>Misericórdias</b>	<b>387</b>	<b>0,5%</b>	<b>39445</b>	<b>16,8%</b>	<b>1,0%</b>	<b>596630</b>	<b>12,38%</b>	<b>0,4%</b>	<b>555267</b>	<b>12,8%</b>	<b>0,678%</b>	<b>15,1</b>	<b>14,1</b>	
Fundações	619	0,9%	14113	6,0%	0,4%	332321	6,90%	0,2%	304296	7,0%	0,372%	23,5	21,6	
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1678	2,3%	305	0,1%	0,01%	1174	0,02%	0,001%	3795	0,1%	0,005%	3,9	12,4	
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66761	92,9%	151779	64,6%	4,0%	2896871	60,11%	1,8%	2673894	61,9%	3,267%	19,1	17,6	
Economia Social	71885		234886		6,1%	4819210		2,97%	4321587		5,3%	20,5	18,4	
Total da Economia	-		3839523			162226133			81854147			42,3	21,3	

FONTE: CASES (2019)

Da análise da tabela, podemos verificar que o peso da ES em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB) representou 3,0% do VAB da economia, representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Relativamente às Misericórdias Portuguesas, podemos observar que as Misericórdias Portuguesas têm dentro da sua esfera 387 instituições que representam apenas 0,5% das EES.

Estas 387 instituições são capazes de contribuir para 16,8% do emprego remunerado onde geram 12,4% da riqueza produzida (VAB) para a economia social tendo uma evolução de 10,2% de 2013 para 2016 e contribuem com 0,7% das remunerações e 1% do emprego remunerado da economia portuguesa, os serviços sociais representaram 26,3% da remuneração total criada no setor, seguidos da saúde e educação (15,2%), áreas em que as Misericórdias têm forte presença, o que demonstra a relevância destas instituições tendo um peso diminuto comparativamente às outras organizações (INE, 2019).

### 1.5. A relevância do relatório de Sustentabilidade na Economia Social

A Economia Social, onde se incluem as Misericórdias, pode ser considerada como uma economia da sustentabilidade, guiada por valores sociais e ecológicos, com

atividades que tendem a aumentar o nível da comunidade para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis (Sahakian & Dunand, 2015).

O desenvolvimento sustentável surgiu da necessidade de consciencializar a sociedade para a necessidade de revisar práticas de agricultura sustentável e desenvolvimento rural e deste alerta surgiu o Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987. Este relatório de sustentabilidade nomeado relatório Brundtland relevou a importância e o reconhecimento de fomentar o desenvolvimento sustentável nos países menos desenvolvidos e delineou três princípios de desenvolvimento sustentável: integridade ambiental, equidade social e prosperidade económica (Sisaye, 2021).

Em 2000, a ONU anunciou o Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) direcionado a alinhar as estratégias e operações das organizações com os princípios que envolvem direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Este pacto é também considerado atualmente a maior iniciativa de RS do mundo ao incluir mais de 13.500 organizações que operam em 170 países, que aderiram de forma voluntária, focando-se na orientação das empresas, organizações e corporações para a promoção do crescimento sustentável (Orzes, et al., 2019).

Mais recentemente, as Nações Unidas definiram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para combater os desafios globais, incluindo aqueles relacionados à pobreza, desigualdade, clima, degradação ambiental, prosperidade, paz e justiça. Esses objetivos estão fortemente interligados entre eles e envolvem todas as dimensões da sustentabilidade à escala planetária. (Mondini, 2019).

O Grupo de Trabalho Interinstitucional das Nações Unidas revelou que as EES desempenham um papel fundamental para alcançar a Agenda 2030 e representam uma promessa poderosa para alcançar os objetivos económicos, sociais e ambientais (Mozas-Moral, Uclés, Bernal-Jurado, & Viruel, 2020).

De forma a atingir este objetivo as EES devem ser transparentes e divulgar as práticas de RS e sustentabilidade que desenvolvem. A transparência é um aspeto relevante da RS pois a credibilidade é indispensável para a alcançar os seus objetivos vistos que estas organizações administram recursos que não são seus. A comunicação é um outro aspeto relevante da RS porque informa a visão, a missão e os valores das organizações e estabelece a forma de interagir com os *stakeholders*. Para responder às

novas necessidades de informação da sociedade surgiu relatório de sustentabilidade que melhora a confiança e promove a reputação de forma proactiva (Gazzola, Ratti, & Amelio, 2017).

Esta mudança de paradigma organizacional, para a divulgação das RS pelas EES nos relatórios de sustentabilidade direciona os instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável e para transparência (Tomé, Meira, & Bandeira, 2016). Desta forma, o relatório de sustentabilidade melhora o impacto económico, social e ambiental na sociedade, promove e influencia os *stakeholders* para um comportamento direccionado para a sustentabilidade, fomenta as parcerias orientando-as para iniciativas sustentáveis, melhora a eficiência organizacional, atrai doadores e melhora a credibilidade destas organizações (Gazzola, Ratti, & Amelio, 2017).

As organizações estão a mudar, desde as suas metas, expectativas e relatórios, tendo como pressão a execução de metas na área da sustentabilidade e RS. Esta pressão provém dos investidores e das partes interessadas que, cada vez mais, exigem mais informação sobre a criação de valor e o impacto na sociedade (Business Council for Sustainable Development, 2021).

As organizações enfrentam novos desafios rumo à transparência e à sustentabilidade. Este processo evolutivo para reestruturar e mudar as regras atuais é essencial. Neste contexto, urge a necessidade da formulação de novas regras contabilísticas, falando-se, hoje, de uma contabilidade da sustentabilidade, ou seja, de uma estratégia que conecta as organizações com os ambientes ecológicos externos e internos das suas organizações. O conceito de contabilidade da sustentabilidade está relacionado com a gestão da sustentabilidade e com a comunicação (Sisaye, 2021).

Neste seguimento surgem os relatórios de informação não financeira, enquanto relatórios de sustentabilidade ou o relatório integrado (RI), que são usados enquanto instrumentos de comunicação e divulgação da informação. Os referidos relatórios apresentam as estratégias e políticas de sustentabilidade das organizações. Consistem num exercício de reflexão que permite estabelecer os objetivos a concretizar em matéria de sustentabilidade. Pode-se considerar que estes relatórios não criam apenas valor sustentável, como ainda o incentivam. Neste sentido, têm surgido diplomas legais que vêm responsabilizar as organizações pelos impactos das suas ações, como também

obrigam a que as mesmas sejam mais transparentes no reporte de informação não financeira (Ribeiro, 2019).

Como se poderá observar, a divulgação de informação não financeira é importante para permitir um processo de tomada de decisão mais credível e transparente. Por isso, diversas entidades internacionais têm desenvolvido trabalhos sobre relato de informações não financeiras, como forma de analisar, identificar e corrigir aspetos em falta, como ainda permitir melhorar as informações divulgadas e desenvolver uma maior fiabilidade das mesmas (Lopes, 2015). Posto isto cabe, refletir e analisar alguns diplomas normativos e orientações relacionadas com o presente tema.

- ✓ **A Diretiva 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014** sobre a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade

A Diretiva 2014/95/UE é um referencial estratégico implementado pela União Europeia para fomentar a transparência das organizações na divulgação da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. O objetivo desta Diretiva consiste em impor às grandes empresas a divulgação das informações não financeiras consideradas relevantes, de forma a permitir que os *stakeholders* constatem a evolução e desempenho das atividades da organização e o seu impacto na sociedade e no ambiente. Aspeto que se ressalva é que a referida Diretiva se direciona apenas para as grandes empresas e dentro destas as que têm mais de 500 trabalhadores (Parlamento Europeu, 2014).

As empresas abrangidas por esta Diretiva vêm-se obrigadas a fornecer diversas informações, tais como: os resultados, políticas aplicadas, riscos e desempenho referentes às questões ambientais, aspetos sociais relacionados com os trabalhadores, questões relacionadas com os direitos humanos, entre outros. Portanto, as organizações veem-se obrigadas a relatar as referidas informações no seu relatório anual, porém, alguns Estados-Membros permitem que divulguem num relatório separado. Ao elaborar o referido relatório, as organizações podem recorrer a orientações nacionais, europeias e internacionais (Parlamento Europeu, 2009; Reis, 2020).

- ✓ **Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho** sobre a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/EU.

Transpondo a Diretiva 2014/95/EU surge o Decreto-Lei n.º 89/2017, sobre a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos. Este Decreto-Lei serve para padronizar a divulgação desta informação, por parte das empresas, em especial, as grandes empresas, pois permite criar um nível de comparabilidade em todos os Estados-Membros, que por sua vez permite reforçar a transparência e a coerência da informação não financeira divulgada na União Europeia. Relativamente às grandes empresas, estas devem apresentar anualmente um relatório não financeiro, no qual se inclui o relatório de gestão que contém as informações não financeiras, que permita compreender o desempenho e o impacto das atividades da empresa na sociedade, quer no domínio social, ambiental, como nos aspetos laborais, como por exemplo, a igualdade entre mulheres e homens, o respeito pelos direitos humanos, o combate à corrupção e à não discriminação, entre outros.

Em suma, “Apesar da recente transposição da Diretiva 2014/95/EU, sobre reporte não financeiro, aprovada através do DL n.º 89/2017 de 28 de julho, não abranger EES e deixar de fora grande parte das empresas, trata-se de um marco relevante na tendência irreversível de tornar mais claras as práticas de RS. Por isso tenho defendido que a economia social não pode ficar de fora de uma prática consolidada de reporte que torne cada vez mais visível a sua importante ação” (Guimarães, 2020).

### ✓ **ISO 26000 - Orientação sobre Responsabilidade Social**

A ISO 26000 fornece orientações para as organizações com o objetivo de promover comportamentos socialmente responsáveis, impulsionando as organizações para a criação de estratégias de RS. Este normativo foi criado para orientar todos os tipos de organizações e empresas, quer do setor público como privado, e apresenta recomendações e orientações direcionadas para o comportamento das organizações, para que estas se pautem com condutas assentes em princípios e regras orientados para RS (ISO, 2018).

Neste sentido, os princípios da RS que as organizações devem ter em conta são: a prestação de contas e responsabilidade; a transparência; o comportamento ético; o respeito pelos interesses dos *stakeholders*; o respeito pelo Estado de Direito; o respeito

pelas normas internacionais do comportamento e o respeito pelos direitos humanos (Oliveira, 2012). A ISO 26000 veio demonstrar que existe uma necessidade de desenvolver estratégias e adotar procedimentos que visem promover a sustentabilidade do negócio, tendo em conta o meio envolvente e a sociedade, de forma a minimizar o impacto das suas ações (Maroun, 2017).

Deste modo, a informação não financeira torna-se importante para os *stakeholders*, pois permite-as compreender, de uma forma mais ampla, os impactos presentes e futuros das ações da organização. Em suma, torna-se inequívoca a relevância do relato, quer no domínio económico, social, como ambiental, permitindo aumentar o nível de transparência e comunicação, contribuindo para a tomada de decisões (Simnett, Vanstraelen, & Chua, 2009).

#### ✓ Normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*

As Normas GRI são diretrizes desenvolvidas pela *Global Sustainability Standards Board (GSSB)* e abrangem um conjunto de normas individuais inter-relacionadas, que foram desenvolvidas para serem usadas na elaboração do relatório de sustentabilidade, apresentando normas específicas que auxiliam no relato de tópicos materiais, como os económicos, ambientais e sociais (GRI, 2016).

O relatório elaborado de acordo com estas normas permite compreender os impactos das decisões de uma organização, como também permite gerir esses mesmos impactos. Estas normas são consideradas como as melhores práticas globais para a elaboração dos relatórios não financeiros, sobre os impactos económicos, ambientais e sociais. Por isso, os relatórios de sustentabilidade que se baseiem nestas normas fornecem informações sobre o impacto positivo e negativo da organização no desenvolvimento da sustentabilidade. As organizações podem usar parte ou a totalidade das Normas GRI para relatar informações específicas (Sisaye, 2021).

O GRI (G4) possibilita às organizações a escolha entre duas opções, a Essencial e a Abrangente, que divergem devido à quantidade de conteúdos a integrar no relatório de sustentabilidade. Portanto, as referidas normas promovem o uso de relatórios de sustentabilidade, por parte das organizações, de forma a torná-las mais sustentáveis e conscientes, e por sua vez, contribuir para o desenvolvimento sustentável (GRI Standards, 2021).

As Normas GRI visam promover uma economia global sustentável, conjugando a rentabilidade com a sustentabilidade, enquanto comportamento pautados por valores de justiça social e tutela ambiental. Deste modo, as organizações passam a considerar a sustentabilidade como um objetivo a integrar nas suas operações diárias e os relatórios de sustentabilidade pautados pelas Normas GRI vêm permitir que as organizações compreendam e comuniquem as informações, de forma transparente e responsável, permitindo refletir e promover mudanças direcionadas para uma economia global sustentável (GRI Standards, 2021).

De forma a reportar informações sobre a sustentabilidade de uma organização, a GRI (G4) definiu um conjunto de indicadores de desempenho de sustentabilidade (IDS) nas seguintes áreas: económico, social e ambiental. Os IDS são ferramentas úteis para apoiar os processos internos de tomada de decisão e controlar o desempenho das organizações, também no que diz respeito aos seus compromissos sócio ambientais (Tarquinio, Raucci & Benedetti, 2018). Os IDS são eficazes para transformar algumas informações qualitativas em quantitativas, aumentando assim o potencial de comparação entre organizações de qualquer tipo, setor ou país. Portanto, os IDS podem apoiar de forma útil a divulgação de informações de sustentabilidade para os *stakeholders*. Esta integração dos IDS através da elaboração, de forma voluntária, de relatórios de RS, apoiada também na proliferação de diretrizes e padrões produzidos por organismos internacionais direciona as organizações para a elaboração de relatórios integrados (RI) (Raucci & Tarquinio, 2020).

✓ **O Conselho Internacional para Relato Integrado - *International Integrated Reporting Council (IIRC)***

Este Conselho consiste numa aliança global, desde investidores, empresas, reguladores, entre outros, com o objetivo de partilhar uma visão comum, centrada na comunicação enquanto elementos essenciais para a evolução dos relatos corporativos. A base deste conselho centra-se numa visão futura, a longo prazo, no qual o pensamento integrado encontra-se nas principais práticas comerciais, auxiliado pelo relato integrado, enquanto padrão. Tais aspetos aliam a produção eficiente e produtividade com a estabilidade financeira e sustentabilidade. De uma forma geral, o RI visa melhorar a qualidade da informação disponível, promover abordagens mais eficientes e coesas do relato corporativo, melhorar a RS e apoiar a formação de decisões que visem as gerações futuras. Este instrumento internacional surgiu devido à necessidade de desenvolver um RI

internacional, que permita que as organizações desenvolvam relatórios nas próximas décadas, indo ao encontro da RS e da sustentabilidade (Gonçalves, 2018). As diretivas focaram-se em quatro áreas: a melhoria da qualidade da informação, a promoção da coesão nos relatórios corporativos, a promoção do pensamento integrado e a melhoria dos sistemas de contabilidade atuais (Sisaye, 2021).

## 1.6. A necessária convergência entre as Misericórdias e a Responsabilidade Social

A ES e RS representam áreas distintas de investigação que têm visto, nos últimos anos, uma convergência progressiva. Esta convergência resulta da ampliação do conceito de RS, que passou de uma definição estritamente ambiental para a atual inclusão de vários aspetos do desenvolvimento, bem como das dimensões económicas e sociais (Meira ; 2011; Picciotti, 2017). Desta forma, incluindo nesta dinâmica as organizações cuja finalidade é servir a sociedade e melhorar as condições dos mais vulneráveis, podemos considerar que ambos os conceitos desempenham um papel fundamental na realização do desenvolvimento sustentável.

As dimensões da RS estão intimamente alinhadas com os objetivos das EES que funcionam principalmente para servir ao interesse comum (Tomé, Meira, & Bandeira, 2015). Estas entidades têm a responsabilidade de divulgar os seus impactos aos *stakeholders*, e, ao fazê-lo, podem aumentar a confiança, as parcerias, o compromisso das organizações e melhorar os processos de negócios para gerar um maior impacto global sustentável (Zbucheá, 2014). Princípios como a transparência, solidariedade, coesão social, igualdade e funcionamento em rede são convergentes à RS como se evidencia na seguinte tabela:

***Tabela 3 - Princípios convergentes entre a ES e a RS***

Princípio	Convergência entre a Responsabilidade Social e a Economia Social	Autor(es)
Transparência	Princípio gerador de valor para as organizações; Dever exigido pelo Estado	Gazzolla & Ratti (2014); López-Arceiz, Pérezgrueso, & Torres (2017); Bandeira, Ornelas, & Meira (2020)
Solidariedade	Princípio que prioriza as pessoas e o planeta, obrigação ética de conduzir suas atividades de forma responsável	Sahanik & Dunand (2015); Picciotti (2017)
Coesão Social	Combinação dos valores tais como inclusão, liberdade, igualdade e solidariedade que promovem a consolidação das relações, interações e laços sociais.	Vidal, Guix & Rodriguez (2005); Chuang, Chuang, & Yang (2013)
Igualdade e Valorização das Pessoas	Valores que inspiram indivíduos e comunidades para o bem comum; principais motivadores para a sustentabilidade das parcerias;	Vidal, et al (2005); Chuang, et al (2013)
Funcionamento em Rede	As organizações são consideradas membros integrantes da sociedade, e influenciam e são influenciados por outros membros, nas suas respetivas redes, o comportamento e a estratégia para a sustentabilidade de um parceiro depende de outro parceiro	Vidal, et al (2005)

FONTE: Elaboração Própria

Os princípios enunciados podem ser mensurados de forma a avaliar se uma EES está em harmonia com os seus valores. Tomé (2014), elaborou uma investigação sobre o setor mutualista e estabeleceu uma correlação entre a divulgação dos princípios mutualistas e avaliou estes princípios em 5 categorias: Recursos humanos; Produtos e Serviços; Relações com a Comunidade; Ambiente e Sustentabilidade Económica.

Estas categorias estão em harmonia com as dimensões da RS conforme se evidencia na tabela seguinte:

**Tabela 4 - Categorias Convergentes entre ES e RS**

Categorias	Convergência entre a ES e RS	Autor(es)
Recursos humanos	As organizações não existem por si próprios; eles consistem num grupo de pessoas que constituem os ativos de uma organização, os RH apoiam as organizações no compromisso com a criação de valor social e a sustentabilidade.	Vidal, et al (2005) ; Haugh & Lyon (2018)
Produtos/Serviços	Obrigação de oferecer produtos/serviços de excelência; Desenvolvimento de novos produtos, serviços e mecanismos de entrega de bens ambientalmente benéficos.	Vidal, et al (2005) ; Haugh & Lyon (2018)
Gestão Ambiental	Responsabilidade de assumir o impacto que as organizações causam no ambiente. Adaptação da atividade para a redução do seu impacto ambiental, melhorar a sua eficiência ecológica e influenciar tanto os fornecedores como os clientes para um compromisso com a sustentabilidade.	Giovanni (2012) ; Picciotti (2017)
Relações com a Comunidade	As organizações desenvolvem relações com o meio em que vivem e influenciam-se mutuamente. Essas relações promovem o desenvolvimento local e tornam-se um verdadeiro motor de crescimento sustentável em termos económicos, sociais e ambientais na comunidade.	Vidal, et al( 2005) ; Picciotti ( 2017)
Sustentabilidade Económica	A divulgação da informação relativa à captação de recursos e a forma como os gere promove a sua sustentabilidade.	Vidal, et al(2005)

FONTE: Elaboração Própria

Para EES, aplicar a RS não é apenas uma questão voluntária, mas sim uma obrigação ética com os seus *stakeholders* e com sociedade. As EES têm a obrigação de conduzir as suas atividades com responsabilidade e transparência e estão incumbidas de transmitir informações regularmente aos *stakeholders*, a comunicação sobre a visão, missão, objetivos, atividades, realizações, processos de tomada de decisão e estrutura organizacional devem ser facilmente acessíveis aos *stakeholders* de forma a dar visibilidade externa, compreensão pública e confiança na organização, condições necessárias para encontrar doadores (Gazzola & Ratti, 2014)

Existe um reconhecimento na urgência em regulamentar a sustentabilidade e a transparência das EES. A comunidade científica desenvolveu várias investigações no sentido de averiguar o grau de divulgação da sustentabilidade e de comunicação nas EES.

Em torno da temática abordada no enquadramento teórico, geraram-se os seguintes resultados:

**Tabela 5 - Literatura relativa à transparência e regulamentação da sustentabilidade na ES**

-	Título do artigo	Objetivo do estudo	Conclusão
Tomé (2014)	O Relato Integrado e a RES no contexto da ES	Proposta de um modelo de relato integrado (RI) nas EES	Nível de divulgação reduzida nas entidades do sector mutualista; proposta de um Relatório Integrado de carácter obrigatório.
Gazzola & Ratti (2014)	Transparency in Italian Non Profit Organizations	Aferir se as EES divulgam informações relevantes aos <i>stakeholders</i>	Proposta de um relatório de sustentabilidade de carácter obrigatório, fortes evidências das EES que utilizam o RS agem de uma forma mais responsável e transparente.
Tomé, Meira & Bandeira (2015)	Integrated Reporting and Corporate Social Responsibility in the context of Social Economy - Mutual associations in the health and welfare sector	Aferir se o RI é uma ferramenta adequada para a divulgação do comportamento socialmente responsável das EES	Fraco nível de divulgação no setor mutualista em Portugal ; proposta de um RI de carácter obrigatório para EES.
Tomé, Meira & Bandeira (2016)	Os desafios das Cooperativas de Solidariedade Social portuguesas face ao novo estatuto das IPSS	Reflexão sobre os desafios das cooperativas enfrentam na divulgação de prestação de contas e transparência	As cooperativas portuguesas que divulgam o relatório de gestão divulgam informações mais adequadas. Proposta de um relatório de gestão para todas as cooperativas, com carácter obrigatório.
Lima (2017)	A divulgação institucional das Misericórdias Portuguesas	Indagação sobre o tipo de divulgação da informação via <i>internet</i> das misericórdias e quais os fatores que influenciam essa divulgação	As Misericórdias Portuguesas divulgam maioritariamente informações financeiras nos seus <i>sites</i> institucionais devido ao seu carácter obrigatório.
Picciotini (2017)	Towards sustainability : the innovation path of social enterprise	Explorar a RS nas EES na Europa e em particular nas cooperativas italianas	Existem barreiras para a implementação da sustentabilidade em Itália. Barreiras tais como: Barreiras Culturais; dificuldades em consolidar parcerias em rede; Ausência de políticas públicas adequadas.
Moreno & Sajardo (2017)	Responsabilidad Social en las empresas de Economía Social: un análisis comparativo del tejido productivo de la Comunidad Valenciana	Análise das práticas internas de RS das empresas da ES da Comunidade Valenciana e a sua comparação com o grupo de organizações da Comunidade.	As empresas valencianas do ES são altamente responsáveis na RS e estão em harmonia com os valores que estão na base destas empresas e com os princípios que orientam o seu funcionamento.
Mathieu Fortin (2018)	Les Pratiques des Entreprises de l'Economie Sociale et Solidaire Appliquées aux Mutuelles.. Exemple de la Mutuelle Nationale Territoriale (MNT)	Descrever os princípios da ES definidos por lei e compará-los com a estrutura operacional das sociedades mutualistas francesas	A fim de tornar o compromisso da RS no setor mutualista concreto e tangível, cada princípio da ES que desenvolve deve ser conhecido, reconhecido e colocado em ações.
Carvalho, Ferreira & Lima (2019)	Web disclosure of institutional information in non profit organizations: an approach in Portuguese Charities	Averiguar o tipo de informação divulgada pelas Misericórdias Portuguesas	Divulgação de informação maioritariamente financeira, diferentes níveis de divulgação nas instituições estudadas .
Pérez-Sanz, Francisco Javier; Gargallo-Castel, Ana F. (2019)	Prácticas de RSE en cooperativas. Experiencias y resultados mediante el estudio de casos	Observar e verificar o efetivo cumprimento da RSE num cenário de crise económica em cooperativas de diferentes setores e ambientes.	As cooperativas espanholas estudadas consideram a RS uma vantagem competitiva, e assumem a obrigação de oferecer informação não apenas sobre dados económicos, mas também sobre outros indicadores em resposta a questões sociais, económicas e ambientais.
Silva (2020)	Nível de transparência nas Santas Casas das Misericórdias do Norte de Portugal e seus Determinantes	Aferir o nível de transparência das SCM do Norte de Portugal	Fraco nível de compreensão e integração das tecnologias de informação nas SCM do Norte de Portugal.

FONTE: Elaboração Própria

A exigência de uma normalização da sustentabilidade e uma maior transparência em Portugal é requerido tanto por organizações nacionais e internacionais, como também pela comunidade científica. A implementação da transparência e da sustentabilidade conduziria a uma maior confiança para as EES e também serviria como um forte impulsionador rumo à sustentabilidade de todos os envolvidos neste setor (Picciotti, 2017).

## **2. ANÁLISE EMPÍRICA**

Neste capítulo, definimos os objetivos (subsecção 1.1) e as questões de investigação (subsecção 1.2). De forma a cumprir o nosso propósito, estabelecemos a metodologia de investigação (subsecção 1.3) e selecionamos a nossa amostra (subsecção 1.4). Selecionadas as instituições, seguimos com a recolha de dados que permitiu responder ao pretendido na investigação (subsecção 1.5) Elaborou-se uma investigação à totalidade das misericórdias para averiguar se estas instituições elaboram o relatório de sustentabilidade e cumulativamente reportam informações relevantes aos seus *stakeholders* (subsecção 1.5). Desta investigação podemos averiguar que a única instituição que tem o relatório de sustentabilidade é a SCMP e partimos para o nosso estudo de caso (subsecção 1.6). De forma a obtermos conclusões sobre o nível de divulgação da RS da instituição realizamos uma análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade referentes aos exercícios de 2018 e 2019 (subsecção 1.7). Finalizamos este capítulo com a mensuração do nível de reporte dos relatórios de sustentabilidade e por último debatemos os nossos resultados (subsecção 1.8).

## 2.1 Objetivos do estudo

As Misericórdias portuguesas detêm na sua génese valores e princípios que as unem intimamente ao conceito da RS sendo que todas são organizações que agregam a dimensão social nas suas operações e objetivos como elementos basilares.

Na literatura existem diversas investigações sobre a relevância da divulgação da RS em vários sectores da ES em Portugal, contudo existe ainda uma elevada escassez de publicações sobre a divulgação da RS das Misericórdias em Portugal. Por esse motivo, escolhemos como entidade de análise para esta investigação as Misericórdias portuguesas.

Como principal objetivo desta dissertação, pretende-se analisar a convergência entre a divulgação da RS e o sector da ES, em particular as Misericórdias.

## 2.2 Questões de investigação

Para o efeito, elaboramos um conjunto de questões de investigação (QI), a saber:

**Existe transparência ao nível da RS e sustentabilidade por parte das Misericórdias portuguesas?**

**Qual o nível de comunicação institucional sobre RS e sustentabilidade das Misericórdias?**

**As Misericórdias emitem relatórios de sustentabilidade?**

**Os relatórios de sustentabilidade cumprem os requisitos das Normas *Global Reporting Initiative (GRI)*?**

**As Misericórdias portuguesas evidenciam nos seus relatórios de sustentabilidade o seu desempenho e o seu impacto na sociedade?**

**Quais as práticas que as misericórdias desenvolvem a nível interno e a nível externo num conceito *triple bottom line*?**

### **2.3 Metodologia de Investigação**

Entendemos que as questões colocadas são pertinentes, claras, exequíveis e coerentes com a problemática em causa. Assim, esta dissertação recorre a uma metodologia de natureza qualitativa, baseada no método de estudo de caso. A abordagem será indutiva e o tipo de estudo descritivo, permitindo extrapolar conclusões a partir de uma análise de conteúdos e dos dados recolhidos.

Conforme já referimos o método de abordagem ao problema deste estudo baseia-se na pesquisa qualitativa. Mohajan (2018) define a pesquisa qualitativa como um processo interativo que por meio de novas distinções significativas resultantes da aproximação com o fenómeno estudado contribuem para um melhor entendimento para a comunidade científica.

A pesquisa qualitativa, conseqüentemente, é uma combinação de dois critérios, como fazer as coisas - ou seja, gerar e analisar o material empírico e o resultado de um processo interativo no qual a dedução e a indução estiveram envolvidas. Da perspectiva dos objetivos é uma pesquisa exploratória que se baseia na análise bibliográfica e documental acerca da RS e também dos relatórios de sustentabilidade das organizações escolhidas para esta investigação (Hunter & McCallum, 2019 ).

### **2.4 Definição da amostra**

A amostra, num primeiro momento, foi definida através dos dados recolhidos no *site* da União das Misericórdias Portuguesas (UMP, 2021), onde 387 Misericórdias que constam na Conta Satélite de 2019 (INE, 2019), referente ao ano de 2016. Assim, a nossa amostra corresponde ao total das Misericórdias registadas em Portugal.

Num segundo momento, perseguindo o objetivo deste estudo, no que se refere à divulgação da RS e de sustentabilidade por parte das Misericórdias, verificamos que apenas uma instituição apresenta relatório de sustentabilidade através do seu *site* na *internet*, a SCMP. Desta forma, a nossa amostra reduziu-se a uma instituição e desse modo partimos para uma análise de estudo de caso tendo por base aquela instituição.

## **2.5 Etapas de investigação**

Nos últimos anos, observa-se um interesse crescente pela transparência, abertura e responsabilidade das instituições do setor da ES. Em resposta, o envolvimento dos *stakeholders* passou por uma grande transformação e sustenta a sua participação, colaboração e cooperação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e vários canais de comunicação e distribuição de dados abertos.

### **1º Etapa – análise da transparência da RS e sustentabilidade por parte das misericórdias portuguesas**

Numa primeira fase decidimos, aquando da recolha de dados, acerca do reporte de sustentabilidade nas Misericórdias, definir algumas variáveis a ser analisadas de forma a aferir o nível de comunicação com os seus *stakeholders*.

Definimos as seguintes variáveis para poder avaliar a comunicação institucional e o reporte da sustentabilidade nas Misericórdias.

- ✓ A instituição possui *site*?
- ✓ A instituição reporta estatutos?
- ✓ A instituição evidencia os seus órgãos sociais?
- ✓ A instituição enuncia no seu *site* a sua visão, missão e valores?
- ✓ A instituição tem livro de reclamações *online*?
- ✓ A instituição tem um plano de atividades?
- ✓ A instituição revela o Relatório de Contas ou Relatório e Contas?
- ✓ A instituição reporta o relatório de sustentabilidade?

### **2ª Etapa - Estudo de caso da SCMP**

A abordagem subsequente, relativa ao caso de estudo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e de forma a proceder à análise dos relatórios de sustentabilidade

passou pela escolha de IDS que estruturam os cinco princípios da ES com a perspectiva de mensurar a divulgação da RS da instituição.

Para a definição dos IDS foi elaborada uma revisão bibliográfica e a partir da investigação de Tomé (2014), da pesquisa de Tomé, Meira & Bandeira (2015) e também, das GRI *standards* e da abordagem de Relato Integrado *do International Integrated Reporting Council* (IIRC).

Através desta investigação foi obtida uma lista de IDS contemplando as dimensões ambientais, económicas e sociais e inseridos nas categorias de produtos e serviços, recursos humanos e ambiente e relações com a comunidade.

A gestão dos recursos humanos direcionada para a sustentabilidade consiste na formação, qualificação, valorização, respeito, estabilidade profissional e boas condições de trabalho para os trabalhadores (Vidal, et al, 2005).

Esta dinâmica vincula e promove o compromisso dos funcionários na adoção de estratégias e práticas que permitem o cumprimento das metas financeiras, sociais e ecológicas, com impacto dentro e fora da organização e num horizonte de tempo de longo prazo (Westerman, Rao, Vanka, & Gupta, 2020).

Os IDS relatados na seguinte tabela, fornecem uma visão clara de todos os tópicos relativos ao investimento que a instituição promove nos recursos humanos. Uma instituição direcionada para a sustentabilidade reporta e desenvolve uma política remuneratória satisfatória, promove a negociação com os trabalhadores e sindicatos quando existem mudanças operacionais, respeita os prazos mínimos de aviso, desenvolve o acesso igual às oportunidades, fomenta a formação dos empregados e retêm os empregados na instituição.

Os IDS propostos contribuem tanto para a gestão de competências como para aumentar o valor do capital humano, mensuram a capacidade da organização de manter a satisfação e a motivação dos empregados ao implementar mudanças significativas nas operações (GRI, 2016) e estão em harmonia com os princípios da ES.

Na categoria de Recursos Humanos foram escolhidos os seguintes IDS enunciados na tabela seguinte:

**Tabela 6 - IDS na Categoria Recursos Humanos**

RECURSOS HUMANOS				
Solidariedade	Valorização das Pessoas	Coesão Social	Funcionamento em Rede	Transparência
Criação de postos de trabalho	Segurança nas equipas de trabalho	Emprego a minorias (ex. pessoas portadoras de deficiência)	Desenvolvimento de projetos e parcerias	Informação e Comunicação aos Trabalhadores
Nº trabalhadores	Bem-estar dos colaboradores	Satisfação no Trabalho	Partilha e otimização de recursos com entidades da economia social	Participação nos processos de decisão
Política remuneratória	Segurança e saúde no trabalho	Relacionamento com sindicatos e união de trabalhadores		Cumprimento da legislação laboral
Benefícios Sociais	Compromisso com equidade racial			
Auscultação das necessidades dos trabalhadores	Melhorias das condições trabalho			
Comportamento frente a demissões	Inexistência de trabalho infantil, forçado ou compulsório			
Política promocional	Satisfação do empregado e clima organizacional			
Relação trabalhadores	Diversidade e inclusão			
Perspectivas de carreira	Igualdade entre géneros			
	Antidiscriminação			
	Formação e desenvolvimento de competências a todos os colaboradores			
	Planos de Formação			

**FONTE: Elaboração Própria (Adaptado de Tomé, 2014; Meira & Bandeira, 2015; IIRC/GRI (GR4), 2016)**

Os produtos/serviços das EES direcionados para a sustentabilidade devem ser elaborados tendo por base as necessidades dos seus destinatários. Estas entidades têm a obrigação de prestar um serviço de qualidade (Vidal, et al, 2005). Esta dinâmica entre os P/S e a sustentabilidade reflete o compromisso interno a longo prazo da organização com a integração de questões ambientais e sociais na sua tomada de decisão (Westerman, Rao, Vanka, & Gupta, 2020).

Os IDS da tabela seguinte mensuram o comportamento da instituição quanto ao desenvolvimento e fornecimento dos seus produtos/serviços de uma forma sustentável. A instituição deve promover a comunicação com os seus utentes e garantir que os produtos e serviços cumprem as suas funções, não ofereçam riscos para a saúde e segurança, a organização deve ser justa e responsável com os seus utilizadores. Também deve proteger a privacidade do cliente, não revelando informações pessoais dos clientes para quaisquer fins além dos acordados (GRI, 2016). Todos estes IDS promovem a valorização e a sustentabilidade dos produtos e serviços da instituição em conformidade com os princípios da ES.

Na categoria de Produtos/Serviços foram propostos os seguintes IDS enunciados na tabela seguinte:

**Tabela 7 - IDS na Categoria Produtos/Serviços**

PRODUTOS / SERVIÇOS				
Solidariedade	Valorização das Pessoas	Coesão Social	Funcionamento em Rede	Transparência
Auscultação das necessidades comunidade e relação de proximidade	Política de qualidade	Ações de comunicação e promoção	Desenvolvimento de projetos, partilha e otimização de recursos em articulação com entidades da ES	Conhecimento e gestão dos danos potenciais dos produtos e serviços
Alargamento da oferta	Inovação e introdução de novas tecnologias			Respeito da privacidade
Novos projetos / serviços:	Igualdade de tratamento			
Projetos de integração social (exclusão/pobreza / disfunções familiares)				
Programas de proteção social / grupos Risco (tradicional e/ou novos)				
Programas de promoção de qualidade de vida (Ex. regimes complementares ao da Segurança Social)				

FONTE: Elaboração Própria (Adaptado de Tomé, 2014; Meira & Bandeira, 2015; IIRC/GRI (GR4), 2016)

As organizações que se envolvem diretamente com a comunidade onde atuam, demonstram a sua contribuição para a melhoria social para além da própria atividade. Ser coerente com a essência destas organizações, estabelece relações alinhadas aos valores e à proposta social e influencia positivamente a dinâmica local (Vidal, et al, 2005). Estas relações fomentam o desenvolvimento local e tornam-se um verdadeiro motor de crescimento sustentável em termos económicos, sociais e ambientais na comunidade (Picciotti, 2017).

A instituição deve apoiar os fornecedores locais, atrair investimentos adicionais para a economia local. A contratação de fornecedores locais pode ser uma estratégia para ajudar a assegurar o fornecimento, apoiar a estabilidade da economia local e manter relações com a comunidade (GRI, 2016).

Os IDS da tabela seguinte proporcionam uma perspetiva da interação da instituição com a promoção do desenvolvimento da comunidade de forma a desenvolver a estabilidade da economia local e tem como objetivo perceber qual o impacto regional e local que a instituição tem, de forma a firmar estabilidade da economia local (GRI, 2016).

Para a categoria Relações com a Comunidade foram selecionados IDS que estão expostos na tabela seguinte:

**Tabela 8 - IDS na Categoria Relações com a Comunidade**

RELAÇÕES COM A COMUNIDADE				
Solidariedade	Valorização das Pessoas	Coesão Social	Funcionamento em Rede	Transparência
Realização de eventos (desportivos, culturais, associativos), conferências entre outros	Apoio social	Não deslocalização	Envolvimento com outras entidades de economia Social	Compromisso com o desenvolvimento da comunidade e gestão de ações sociais
		Compras a fornecedores locais		Transparência, ética e combate á corrupção
		Relação com concorrentes		
		Participação em ações sociais		

FONTE: Elaboração Própria (Adaptado de Tomé, 2014; Meira & Bandeira, 2015; IIRC/GRI (GR4), 2016)

As instituições que promovem uma gestão ambiental interna e externa reduzem o seu impacto ambiental, melhoram a sua eficiência ecológica e influenciam tanto os fornecedores como os clientes para um compromisso com a sustentabilidade. Esta transformação em toda a cadeia de suprimentos aumenta as vantagens competitivas e colaborativas das organizações, oferecendo uma maior competitividade e desempenho económico (Giovanni, 2012).

Os IDS escolhidos para a categoria ambiente têm como objetivo fornecer informações relacionados com o impacto ambiental que a instituição gera. Proteger o ambiente, contribuir diretamente para os meios de subsistência locais, tornando-se essencial para conseguir reduzir a pobreza e, portanto, fortalecer o desenvolvimento sustentável (GRI, 2016).

**Tabela 9 - IDS na Categoria Ambiente**

AMBIENTE				
Solidariedade	Valorização das Pessoas	Coesão Social	Funcionamento em Rede	Transparência
Informação quanto a impactos ambientais		Seleção de fornecedores	Projetos conjuntos, otimização de recursos com outras entidades ES	Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental
Produtos		Informação sobre práticas que traduzam consciencialização ecológica/ambiental		Informação de planos de intervenção ambiental
Processos				
Eficiência				
Gastos energéticos				

FONTE: Elaboração Própria (Adaptado de Tomé, 2014; Meira & Bandeira, 2015; IIRC/GRI (GR4), 2016)

A divulgação da dimensão económica das instituições nos relatórios de sustentabilidade são as informações mais básicas sobre a organização. Uma organização

socialmente responsável deve difundir informação relativa à captação de recursos e a forma como os gere (Vidal, et al, 2005).

Os IDS expostos na tabela seguinte têm como objetivo mensurar a divulgação de informação quanto ao compromisso que a instituição tem com a sua sustentabilidade económica. Informações sobre a criação e distribuição de valor económico fornecem uma indicação básica de como a organização gerou riqueza para os *stakeholders* (GRI, 2016).

**Tabela 10 - IDS na Categoria Sustentabilidade Económica**

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA				
Solidariedade	Valorização das Pessoas	Coesão Social	Funcionamento em Rede	Transparência
Captação de recursos		Estado; Mercado; Outras entidades e Apoios	Desenvolvimento de novas respostas sociais e ou projetos	
Donativos				
Subsídios				
Quotas				
Afetação das Reservas				

FONTE: Elaboração Própria (Adaptado de Tomé, 2014; Meira & Bandeira, 2015; IIRC/GRI (GR4), 2016)

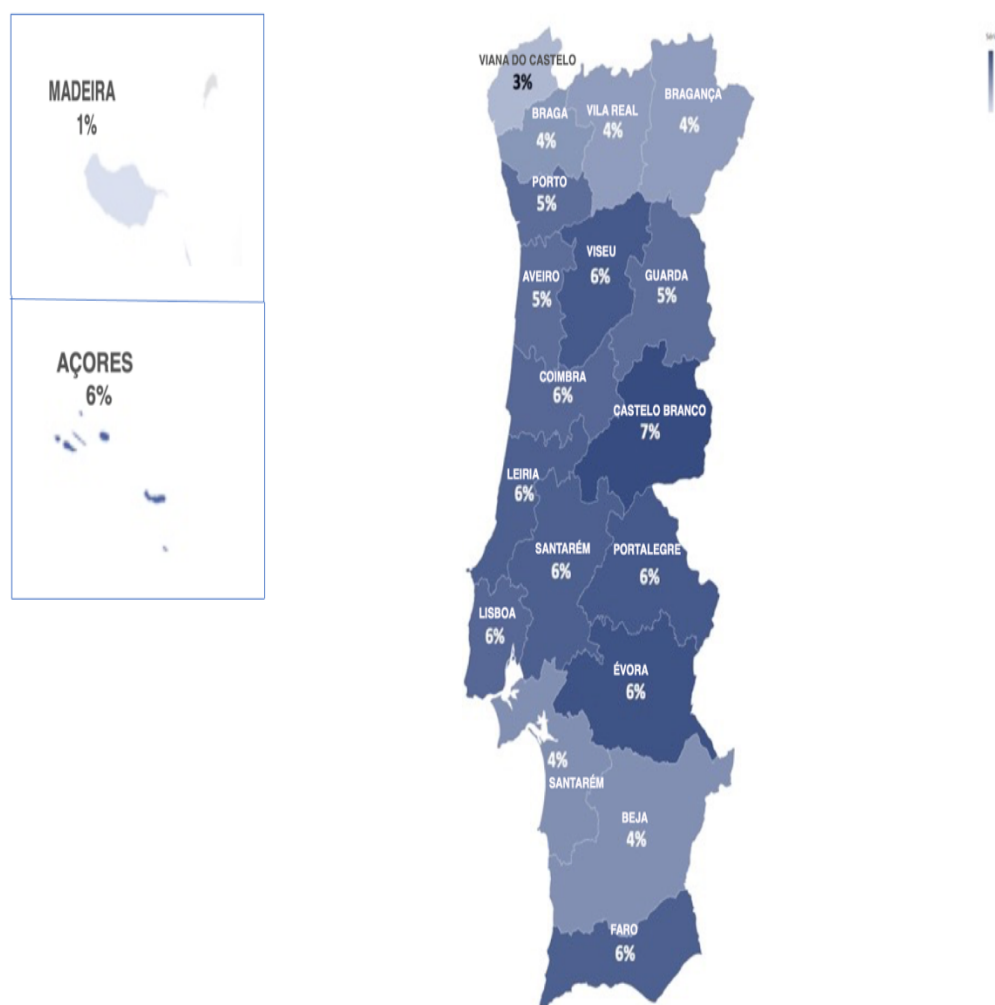
## 2.6 Recolha e Tratamento de dados

Selecionadas as instituições, segue-se a recolha de dados que permita responder ao pretendido na investigação. Os dados foram recolhidos nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2021 com recurso aos *sites* das organizações disponibilizados *on-line*.

Após este procedimento, os dados obtidos foram objeto de registo e transpostos para uma folha *Excel*. Foram compilados numa tabela disponibilizada em apêndice (ver apêndice 1), onde as variáveis são analisadas e pontuadas conforme a sua verificação. Às variáveis reportadas atribui-se 1 e atribui-se a designação de Reporta (R). Às variáveis que não estavam divulgadas atribui-se 0 e a designação de Não Reporta (NR).

Da pesquisa elaborada apurou-se que as Misericórdias portuguesas estão distribuídas de uma forma homogénea em Portugal atuando em todos os distritos de Portugal como se pode verificar no mapa seguinte:

### Mapa 1 - Distribuição Geográfica das Misericórdias em Portugal

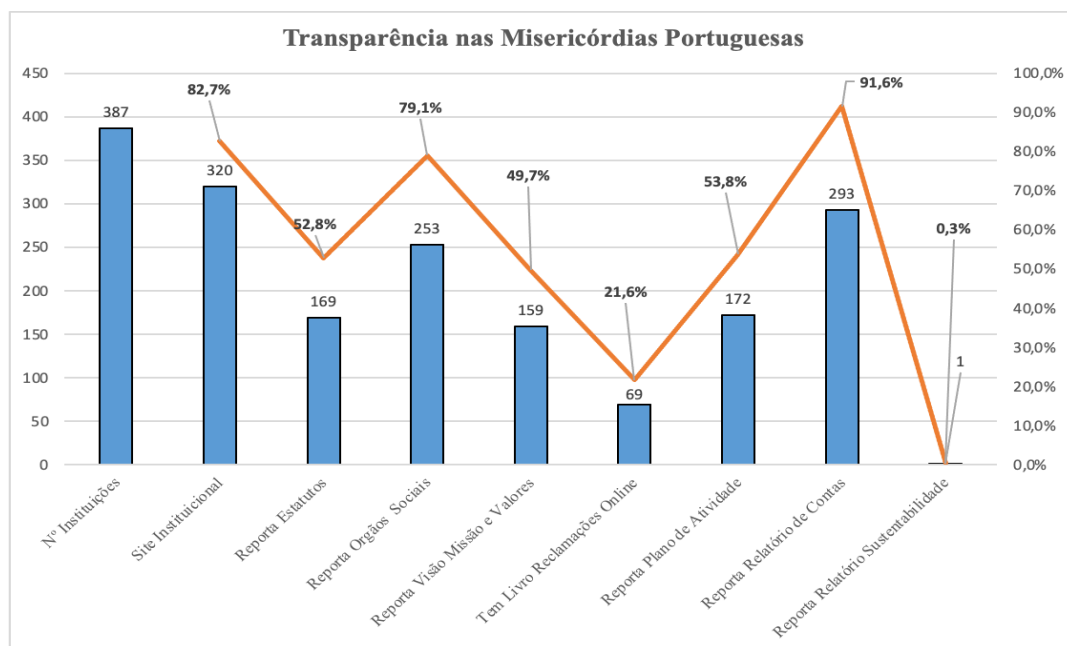


FONTE: Elaboração Própria

Numa análise à distribuição geográfica das Misericórdias portuguesas podemos aferir que das 387 unidades consideradas, a maior percentagem de Misericórdias portuguesas está situada em Castelo Branco com 7% das instituições do total do universo investigado. Podemos também verificar no mapa, que, em Portugal Continental, é no distrito de Viana de Castelo que se encontra o menor número de instituições registadas com uma percentagem de 3%. No entanto, é no arquipélago da Madeira que se encontra o menor número de instituições com 1% do total das Misericórdias.

De seguida procedeu-se ao processamento dos dados recolhidos e o resultado da análise às variáveis atrás definidas expõem-se no gráfico seguinte:

Gráfico 1 – A Transparência nas Misericórdias Portuguesas



FONTE: Elaboração Própria

Da pesquisa efetuada na *internet* percebeu-se que da população constituída pelas 387 instituições, 320 apresentam *site* institucional, o que representa um total de 83% do total das Misericórdias.

Lima (2017), incidiu a sua investigação na divulgação institucional nas Misericórdias Portuguesas e verificou que, em 2017 existiam 287 instituições com *site* registado na *internet*, o que nos leva a concluir que houve uma evolução positiva relativamente à comunicação e difusão das Misericórdias. Podemos concluir que houve uma evolução do reporte de instituições na *internet* de 9% de 2017 para 2021.

Incidindo o nosso estudo nas restantes variáveis, verificou-se que das 320 Misericórdias que possuem um *site* institucional 53% reporta os seus estatutos, 79% reporta os seus órgãos sociais, 50% reporta a sua visão, missão e valores, 22% tem livro de reclamações *online*, 92% reporta o relatório de contas e somente uma instituição possui o relatório de sustentabilidade.

Na tabela seguinte, evidenciam-se os resultados por distritos para perceber quais os distritos que têm uma maior divulgação das variáveis selecionadas.

Tabela 11 - Análise à Transparência nas Misericórdias Portuguesas por Distrito

Distrito	Nº Instituições	Site Institucional	Reporta Estatutos	Reporta OS	Reporta VMV	Tem LR Online	Reporta PA	Reporta RC	Reporta RS	Média Reporte Variáveis
Castelo Branco	26	46%	23%	27%	31%	15%	19%	38%	0	29%
Évora	25	76%	52%	64%	36%	8%	36%	72%	0	49%
Viseu	24	92%	46%	75%	67%	25%	54%	88%	0	64%
Portalegre	24	92%	63%	75%	25%	0%	42%	79%	0	54%
Leiria	23	91%	52%	78%	70%	26%	26%	83%	0	61%
Santarém	23	91%	61%	65%	52%	22%	65%	87%	0	63%
Açores	23	74%	22%	39%	22%	9%	30%	35%	0	33%
Lisboa	22	86%	41%	68%	55%	14%	36%	77%	0	54%
Faro	23	83%	35%	48%	30%	9%	30%	70%	0	43%
<b>Porto</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>48%</b>	<b>95%</b>	<b>43%</b>	<b>43%</b>	<b>76%</b>	<b>100%</b>	<b>1</b>	<b>72%</b>
Aveiro	21	100%	57%	95%	52%	29%	62%	100%	0	71%
Coimbra	22	86%	41%	68%	32%	14%	64%	82%	0	55%
Guarda	21	57%	19%	43%	24%	14%	10%	57%	0	32%
Setúbal	16	81%	56%	94%	75%	19%	50%	100%	0	68%
Beja	16	81%	25%	56%	44%	13%	44%	75%	0	48%
Braga	15	80%	47%	73%	13%	20%	67%	80%	0	54%
Bragança	14	86%	43%	50%	57%	29%	36%	71%	0	53%
Vila Real	14	86%	57%	64%	29%	14%	57%	79%	0	55%
Viana do Castelo	10	100%	50%	90%	30%	40%	80%	100%	0	70%
Madeira	4	75%	50%	50%	0%	0%	25%	50%	0	36%

FONTE: Elaboração Própria

A partir da tabela apresentada, conseguimos verificar que das 387 Misericórdias analisadas, o distrito que revela mais informação relativa às variáveis investigadas é o distrito do Porto.

Silva (2020), constatou na sua investigação à transparência das Misericórdias no norte do país que de um total de 21 instituições, somente 19 apresentavam site na *internet*. Como podemos verificar na tabela acima apresentada, houve mudanças positivas visto que todas as 21 instituições têm *website* ativo o que demonstra uma preocupação crescente na divulgação de informação para os seus *stakeholders*. Do lado oposto, temos o Arquipélago dos Açores com uma média de reporte de 33%. Lima (2017), averiguou que das 23 instituições existentes no Açores somente 15 tinham *site* institucional.

Como podemos aferir na tabela denotou-se uma evolução de 2017 para 2021, visto existirem 17 com *site* institucional em 2021. Um facto relevante que não podemos deixar de divulgar é que o distrito de Castelo Branco em 2021 continua com o menor número de Misericórdias com *site* institucional. Desta investigação, podemos averiguar que é no distrito do Porto que está localizada a única instituição que tem o reporte do relatório de sustentabilidade, sendo esta a Santa Casa da Misericórdia do Porto, o que indicia que a divulgação de informação relativa à sustentabilidade ainda não está nos objetivos da maioria das Misericórdias portuguesas.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto iniciou o processo de elaboração do relatório de sustentabilidade em 2018 em conformidade com o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que tornou obrigatório, a divulgação de informação sobre o desempenho das organizações e do seu impacto na sociedade, de forma a identificar os riscos de

sustentabilidade das mesmas e reforçar a confiança dos investidores e dos consumidores e cumprir as instruções fornecidas pelas normas da Iniciativa Global de Reporte (GRI - *Global Reporting Initiative*) na opção essencial (SCMP, 2020).

## 2.7 Estudo de Caso

Como ponto de partida para o estudo de caso definimos a SCMP e pretendemos obter conclusões sobre o nível de divulgação da RS da instituição através da análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade referentes aos exercícios de 2018 e 2019 (SCMP, 2020; SCMP, 2019). A SCMP, fundada em 14 de março de 1449, como uma instituição de caridade e assistência social, de fins filantrópicos e de utilidade pública, com o objetivo primordial de satisfazer as carências sociais e de praticar atos de culto católico, de acordo com os princípios da doutrina e da moral cristã (SCMP, 2006).

A SCMP tem vindo a assumir um papel relevante na sociedade, não só pela sua antiguidade, mas sobretudo pela sua proeminente história (SCMP, 2006). Assim no período em estudo, a ação da SCMP assenta em diversas áreas de atividade dispersas por uma vasta rede de instituições: Instituto para Surdos-Mudos Araújo Porto; Hospital de Convalescentes e Sanatório Semide; Asilo de Cegos de S. Manuel; Recolhimento de Velhas Inválidas, Hospital de Alienados do Conde de Ferreira; Hospital dos Entrevados e de Entravadas; Hospital Geral de Santo António; Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, Hospital de Lázarus e Lázarus; Recolhimento de Viúvas Pobres e Estabelecimento do Barão de Nova Sintra.

Neste contexto, prosseguimos com a abordagem de Tomé (2014) e transpomos os valores da ES para cinco princípios: a solidariedade, valorização das pessoas, coesão social, funcionamento em rede e a transparência. A análise dos relatórios consiste na comparação entre a informação solicitada pelo IDS e o que efetivamente foi relatado pela instituição que foram classificados como reportado (R), não reportado (NR) ou parcialmente reportado (RP) em cada um dos anos. Para a análise da categoria de Recursos Humanos foram escolhidos 28 IDS e os resultados da pesquisa estão enunciados na tabela seguinte:

Tabela 12 – Análise dos IDS da Categoria Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS								
P	INDICADORES		MENSURAÇÃO 2018			MENSURAÇÃO 2019		
			R	RP	NR	R	RP	NR
S	Criação de postos de trabalho	Relação entre nº de trabalhadores no Ano N e N-1	X			X		
S	Nº trabalhadores	Nº trabalhadores Ano N e N-1	X			X		
S	Política remuneratória	Salário médio / divulgação -planos e ações próprias	X			X		
S	Benefícios Sociais	Volume total de prestações	X			X		
S	Auscultação das necessidades dos trabalhadores	Divulgação de meios de comunicação utilizados		X			X	
S	Comportamento frente a demissões				X		X	
S	Política promocional	%de promoções (com base no valor ou nº promoções)			X		X	
S	Relação trabalhadores	Meios de comunicação	X				X	
S	Perspectivas de carreira	Programas de gestão de carreira (plano, sistemas de avaliação de desempenho)		X			X	
VP	Diversidade e inclusão	Política de não discriminação	X				X	
VP	Igualdade entre géneros (feminino e masculino)	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens		X			X	
VP	Antidiscriminação	Esforços antidiscriminação (políticas ou programas)	X				X	
VP	Segurança nas equipas de trabalho	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	X				X	
VP	Bem-estar dos colaboradores	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	X				X	
VP	Segurança e saúde no trabalho	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	X				X	
VP	Compromisso com equidade racial	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	X				X	
VP	Melhorias das condições trabalho	Evidência de programas que visam melhorias das condições de trabalho	X				X	
VP	Inexistência de trabalho infantil, forçado ou compulsório	Políticas para garantir a inexistência de trabalho forçado ou análogo ao escravo na cadeia		X			X	
VP	Satisfação do empregado e clima organizacional	Canais de comunicação para sugestões e reclamações, com garantia de confidencialidade.			X		X	
VP	Formação e desenvolvimento de competências a todos os colaboradores	Média de horas de capacitação por ano, por empregado; Taxas de absentismo/Produtividade	X				X	
VP	Planos de Formação	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	X				X	
CS	Emprego a minorias (ex. pessoas portadoras de deficiência)	%de trabalhadores no total do emprego criado	X				X	
CS	Relacionamento com sindicatos e união de trabalhadores	Liberdade de associação sindical e direito à negociação coletiva	X				X	
FR	Desenvolvimento de projetos e parcerias	Evidência de programas articulados (por ex.: IFEP ou outros organismos)	X				X	
FR	Partilha e otimização de recursos com entidades da economia social.		X				X	
T	Informação e Comunicação aos Trabalhadores	Planos de comunicação interna	X				X	
T	Participação Nos Processos de decisão	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	X				X	
T	Cumprimento da legislação laboral	Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconómica	X				X	

Legenda: P-Princípio; S-Solidariedade; VP: Valorização das pessoas, CS -Coesão Social; FR -Funcionamento em Rede; T- Transparência; R-Reporta; RP-Reporta Parcialmente; NR-Não Reporta

FONTE: Elaboração Própria

Conforme exposto na tabela 12, na categoria Recursos Humanos verifica-se que a maioria dos indicadores foram mencionados o que demonstra uma atmosfera de

compromisso com a formação, qualificação, valorização dos seus trabalhadores ao nível da RS e da sustentabilidade.

Para a categoria de Produtos/Serviços foram eleitos 9 IDS cujos resultados enunciamos na tabela seguinte:

**Tabela 13 - Análise dos IDS na Categoria Produtos/Serviços**

PRODUTOS / SERVIÇOS								
P	INDICADORES		MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO 2018			MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO		
			R	RP	NR	R	RP	NR
S	Auscultação das necessidades comunidade e relação de proximidade	Adequação/ação interna-avaliação e controlo	X			X		
S	Alargamento da oferta	Novos Produtos e Serviços	X			X		
S	Programas de proteção social / grupos Risco (tradicional e/ou novos)	Qualificação e quantificação de produtos/serviços sociais	X			X		
S	Programas de promoção de qualidade de vida	Alternativa aos regimes do Setor Público			X			X
VP	Inovação e introdução de novas tecnologias	Investimentos de Pesquisa & Desenvolvimento para produtos e serviços considerando a sustentabilidade	X					X
VP	Satisfação dos utentes	Sistemas de mensuração da satisfação dos clientes			X			X
T	Conhecimento e gestão dos danos potenciais dos produtos e serviços	% de categorias de produtos e serviços para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança			X			X
T	Respeito à privacidade	Confidencialidade das informações dos clientes	X			X		
FR	Desenvolvimento de projetos, partilha e otimização de recursos em articulação com entidades da ES	Divulgar, qualificar e se possível quantificar	X			X		

Legenda: P-Princípio; S-Solidariedade; VP: Valorização das pessoas, CS -Coesão Social; FR -Funcionamento em Rede; T- Transparência R-Reporta; RP-Reporta Parcialmente; NR-Não Reporta

FONTE: Elaboração Própria

Conforme se verifica na tabela 13, a maioria dos indicadores foram divulgados na categoria Produtos/Serviços o que indica que a SCMP detém na sua dinâmica organizacional a preocupação de oferecer serviços direcionados para a RS e para a sustentabilidade. Os IDS não divulgados incidem na ausência de menção sobre como estabelecer os sistemas de mensuração da satisfação aos utilizadores dos produtos/serviços, quais os perigos relativos aos seus produtos/serviços, como gere estes perigos e qual o investimento que a instituição promove em programas de qualidade de vida que sejam alternativos ao setor público.

Para a categoria Relações com a Comunidade foram escolhidos 9 IDS e o resultado da nossa pesquisa foi o seguinte:

**Tabela 14 - Análise dos IDS na Categoria Relações com a Comunidade**

RELAÇÕES COM A COMUNIDADE								
P	INDICADORES		MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO			MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO		
			R	RP	NR	R	RP	NR
S	Realização de eventos (desportivos, culturais, associativos), conferências entre outros	Workshops, ações de formação, Conferências realizadas na comunidade	X			X		
VP	Apoio social	Divulgação de ações sociais e de desenvolvimento da comunidade	X			X		
CS	Não deslocalização	Manutenção e reforço de proximidade			X			X
CS	Compras a fornecedores locais	Priorização e parcerias com fornecedores locais		X			X	
CS	Relação com concorrentes	Normas de boa conduta	X			X		
CS	Participação em ações sociais	Impacto na política organizacional, implementação, controlo	X			X		
FR	Envolvimento com outras EES	Divulgar, qualificar e se possível quantificar		X			X	
T	Compromisso com o desenvolvimento da comunidade e gestão de ações sociais	Programas e práticas para avaliar e gerenciar impactos da atuação da empresa na comunidade	X			X		
T	Transparência, ética e combate à corrupção	Código de conduta Existência de Programa de Ética e Compliance/ Combate à Corrupção e Análise de Riscos de Corrupção	X			X		

Legenda: P-Princípio; S-Solidariedade; VP: Valorização das pessoas, CS -Coesão Social; FR -Funcionamento em Rede; T- Transparência R-Reporta; RP-Reporta Parcialmente; NR-Não Reporta

FONTE: Elaboração Própria

Da análise da tabela 14 podemos verificar que a SCMP procura promover uma atmosfera de compromisso com a comunidade procurando sempre gerir um impacto positivo na sociedade envolvente. Adicionalmente, a RS para a SCMP é tida como uma contribuição para um futuro sustentável e nas atividades da instituição são incluídas ações sociais e solidárias na comunidade local.

Desta forma, são estabelecidas parcerias com outras entidades para responder a um conjunto de pedidos de apoio social a nível local e nacional. O único indicador não reportado refere-se à divulgação dos esforços da instituição para não transferir colaboradores para fora da sua comunidade.

Para a categoria de Ambiente foram selecionados 10 IDS e o resultado da análise aos relatórios de Sustentabilidade da instituição foram os seguintes:

**Tabela 15 - Análise dos IDS na Categoria Ambiente**

AMBIENTE								
P	INDICADORES		MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO 2018			MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO 2019		
			R	RP	NR	R	RP	NR
	Informação quanto a impactos ambientais sobre				.			.
S	Produtos	Divulgação sobre o impacto ambiental	X			X		
S	Processos	Divulgação sobre o impacto ambiental			X			X
S	Eficiência	Medidas de controlo de consumos			X			X
S	Gastos energéticos	Medidas de controlo de consumos	X			X		
CS	Seleção de fornecedores	Evidenciar critérios ambientais na seleção de fornecedores	X					X
CS	Informação sobre práticas que traduzam consciencialização ecológica/ambiental	Adesão a políticas ambientais (Ex. SA8000; ISO26000; ISO14000; ISO9001)			X			X
T	Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental	Divulgação de processos e ferramentas de gestão ambiental	X			X		
T	Informação de planos de intervenção ambiental	Divulgação de modelos de negócio, políticas e procedimentos mais sustentáveis	X			X		
VP	Educação e consciencialização ambiental	Campanhas e projetos e campanhas voltadas para colaboradores fornecedores e outros stakeholders			X			X
FR	Projetos conjuntos, otimização de recursos com outras entidades ES	Investimentos ambientais			X			X

Legenda: P-Princípio; S-Solidariedade; VP- Valorização das pessoas, CS -Coesão Social; FR -Funcionamento em Rede; T- Transparência R-Reporta; RP- Reporta Parcialmente; NR-Não Reporta

FONTE: Elaboração Própria

Como se verifica na tabela 15, a maioria dos IDS foram mencionados o que revela que a SCMP demonstra uma preocupação pela divulgação da redução da sua pegada ambiental e também demonstra que o compromisso com a ambiente parece ser uma preocupação eminente da SCMP. Porém não existe informação sobre as práticas de gestão ambiental da instituição no cumprimento de certas políticas ambientais. Também não divulga como gere o processo do impacto ambiental e quais os sistemas de gestão ambiental que utiliza na administração da dimensão ambiental da instituição.

Quanto à pesquisa sobre a categoria Sustentabilidade foram selecionados 8 IDS e os resultados foram os seguintes:

**Tabela 16 - Análise dos IDS da Categoria Sustentabilidade Económica**

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA							
P	INDICADORES	MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO 2018			MENSURAÇÃO DIVULGAÇÃO 2019		
		R	RP	NR	R	RP	NR
S	Captação de recursos	Rácio entre recursos reais e previstos		X		X	
S	Donativos	Relação entre proveniência dos recursos		X		X	
S	Subsídios	Rácio entre recursos públicos e privados		X		X	
S	Quotas	Evolução das Qotizações		X		X	
S	Afetação Recursos	Rácio entre custos totais e custos previstos (eficiência)		X		X	
S	Reservas	Revestimento/Proporção Benefícios Criados		X		X	
CS	Estado; Mercado; Outras entidades e Apoios	Relação entre proveniência dos recursos		X		X	
FR	Desenvolvimento de novas respostas sociais e ou projetos	Investimento Responsável /Investimento Total		X		X	

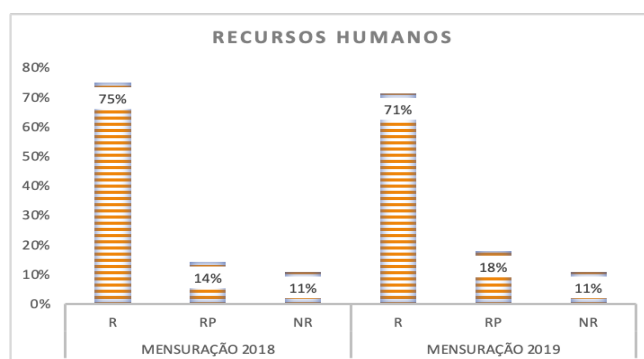
Legenda: P-Princípio; S-Solidariedade; VP: Valorização das pessoas, CS -Coesão Social; FR -Funcionamento em Rede; T- Transparência R-Reporta; RP-Reporta Parcialmente; NR-Não Reporta

FONTE: Elaboração Própria

Conforme se divulga na tabela 16, a maioria dos indicadores não foram divulgados na categoria Sustentabilidade Económica, o que evidencia que existe uma ausência de informação relevante para os *stakeholders* da organização. Informação sobre a proveniência dos seus recursos e as doações efetuadas à instituição são de extrema importância para os *stakeholders* e fornecem informações sobre como a SCMP gerou riqueza para a organização. Deve-se ressaltar que uma parte substancial da informação económica a SCMP remete para o relatório de gestão.

## 2.8 Discussão dos Resultados

Prosseguindo com o nosso objetivo de mensurar o nível de reporte dos relatórios de sustentabilidade incidimos agora nos resultados primeiramente por categorias. Foram escolhidos 28 IDS para a categoria de Recursos Humanos e o resultado da divulgação dos indicadores sumariza-se na tabela seguinte:

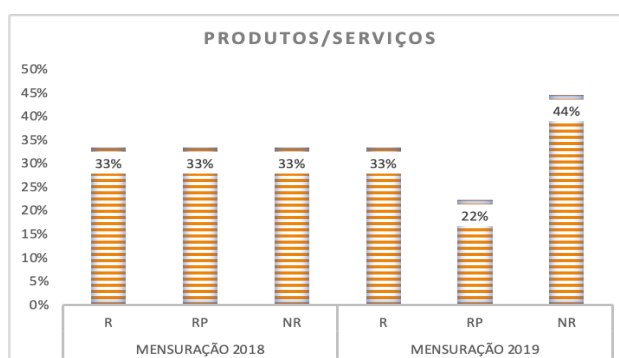
**Gráfico 2 - Mensuração IDS Categoria Recursos Humanos 2018/2019**

FONTE: Elaboração Própria

Na categoria de Recursos Humanos, podemos verificar que a SCMP em 2018, divulgou 75% dos IDS e 14% foram mencionados de uma forma parcial. Em 2019, houve um decréscimo na divulgação dos IDS devido ao indicador perspectivas de carreira que não foi mencionado em 2019. A maioria dos IDS foram divulgados o que nos demonstra que a SCMP promove a gestão de competências, divulga a política remuneratória, fomenta a negociação com os trabalhadores e os sindicatos (GRI, 2016).

A instituição desenvolve uma gestão de recursos humanos direcionada para a RS na adoção de planos estratégicos que fomentam o compromisso dos colaboradores com a sustentabilidade (Tomé, 2014; Westerman, Rao, Vanka, & Gupta; 2020).

Para a categoria de Produtos/Serviços foram escolhidos 9 IDS cujo resultado demonstra-se no gráfico seguinte:

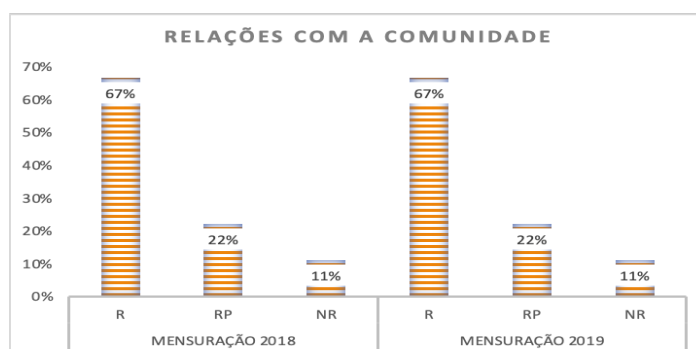
**Gráfico 3 - Mensuração IDS Categoria Produtos/Serviços 2018/2019**

FONTE: Elaboração Própria

Na categoria de Produtos/Serviços houve um reporte de 33% dos IDS e um reporte parcial de 33% totalizando uma divulgação de 66% dos indicadores propostos em 2018. Em 2019 houve um decréscimo, face a 2018, no reporte parcial passando de 33% para 22%, e o não reporte dos IDS passou para os 44%, em suma totalizou-se em 2019 uma divulgação de 55%. A SCMP promove a inovação e desenvolvimento de serviços de uma forma sustentável e respeita a privacidade dos seus utentes, porém deve divulgar quais os potenciais riscos para a saúde e segurança dos seus utentes nos produtos/serviços que oferece e revelar quais os sistemas de mensuração da satisfação dos utilizadores (GRI, 2016).

Para a categoria Relações com a Comunidade foram escolhidos 9 IDS e o resultado da pesquisa encontra-se evidenciado no gráfico seguinte:

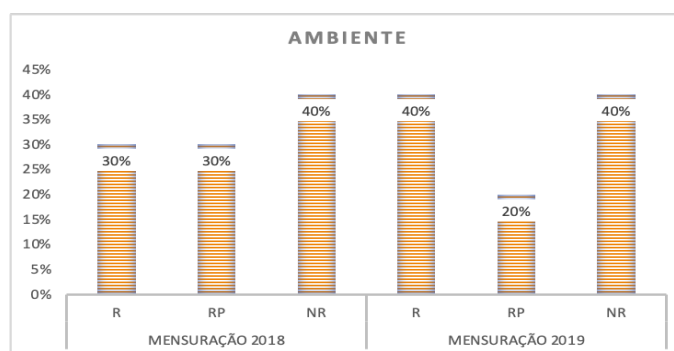
**Gráfico 4 – Mensuração IDS Categoria Relações com a Comunidade 2018/2019**



FONTE: Elaboração Própria

Na categoria de Relações com a Comunidade houve um reporte de 67% dos indicadores e um reporte parcial de 22% totalizando uma divulgação de 89% dos indicadores propostos tanto em 2018 como em 2019. Como podemos averiguar pelo gráfico 4 o resultado para a categoria Relações com a Comunidade é preponderantemente positivo o que confirma que a instituição está presente na comunidade onde atua e promove o desenvolvimento local e direciona a comunidade para a sustentabilidade (Tomé, 2014; Picciotti, 2017).

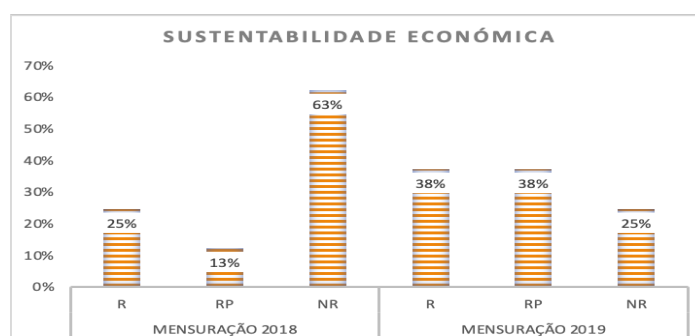
Para a categoria Ambiente foram escolhidos 10 IDS e o resultado está evidenciado no gráfico seguinte:

**Gráfico 5 - Mensuração IDS Categoria Ambiente 2018/2019**

FONTE: Elaboração Própria

Conforme se verifica no gráfico 5, na categoria Ambiente, foram reportados 30% dos indicadores reportados totalmente e 30% reportados parcialmente o que perfaz 60% de divulgação dos indicadores em 2018. Em 2019, houve uma evolução do reporte onde 40% foram reportados totalmente, porém mantendo-se os 60% de divulgação dos indicadores. A evolução positiva da divulgação dos IDS nesta categoria, demonstra a preocupação da SCMP de reduzir o seu impacto ambiental, a instituição procura fomentar progressos a nível da gestão ambiental, investe na melhoria da sua eficiência ecológica, comunicam a estratégia de planeamento ambiental e têm um compromisso evidente com a RS e a sustentabilidade (GRI, 2016 ; SCMP, 2020).

Para a categoria Sustentabilidade Económica foram escolhidos 8 IDS e o resultado está exposto no gráfico seguinte:

**Gráfico 6 - Mensuração IDS Categoria Sustentabilidade Económica**

FONTE: Elaboração Própria

No gráfico 6, podemos verificar que em 2018, 63% dos indicadores não foram divulgados no relatório de sustentabilidade de 2018. Dos IDS selecionados só 25% dos indicadores foram reportados em 2018 e 13% divulgados parcialmente.

Em 2019 houve uma evolução positiva elevando para 38% de reporte e 38% reportados parcialmente denotando esforços realizados pela instituição de revelar a sua situação económica no relatório de sustentabilidade, porém denota-se uma fraca divulgação da informação relativa à captação de recursos económicos e à forma como os gere (Vidal et al, 2005). Esta situação deve-se ao fato de alguns indicadores serem remetidos para o relatório de gestão.

De seguida evidenciámos os resultados por cada princípio da Misericórdia sob o qual pretendemos apurar a evidência de divulgação e o seu impacto sobre a perceção de comportamento socialmente responsável por parte desta entidade de economia social em cada um dos anos de forma a entender a evolução do seu reporte e como os valores da SCMP são divulgados pela instituição no relatório de sustentabilidade.

Relativamente ao princípio da solidariedade, no relatório de sustentabilidade de 2018, o resultado da pesquisa evidencia-se na tabela seguinte:

**Tabela 17 - Mensuração IDS Princípio Solidariedade 2018**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	SOLIDARIEDADE 24 INDICADORES							
		R		RP		NR		TOTAL	
	ANO 2018								
Recursos Humanos		5	56%	2	22%	2	22%	9	38%
Produtos/Serviços		1	40%	1	40%	2	20%	4	19%
Sustentabilidade Económica		1	17%			5	83%	6	23%
Relações com a comunidade		1	100%					1	4%
Ambiente		1	25%	1	25%	2	50%	4	15%
		<b>9</b>	<b>38%</b>	<b>4</b>	<b>17%</b>	<b>11</b>	<b>46%</b>	<b>24</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

Através da análise da tabela, podemos aferir que dentro do princípio da solidariedade houve um reporte total de 38% dos IDS e um reporte parcial de 17% dos IDS em 2018. Dos 24 indicadores propostos, 9 pertencem à categoria dos Recursos Humanos o que significa que é a categoria predominante neste princípio com um peso relativo de 38%. Na categoria de Recursos Humanos são reportados na totalidade 56% dos indicadores e parcialmente 22%.

**Tabela 18 - Mensuração IDS Princípio Solidariedade 2019**

CATEGORIA DIVULGAÇÃO	SOLIDARIEDADE 24 INDICADORES							
	R		RP		NR		TOTAL	
ANO 2019								
Recursos Humanos	4	44%	3	33%	2	22%	9	38%
Produtos/Serviços	2	50%			2	50%	4	19%
Sustentabilidade Económica	1	17%	3	50%	2	33%	6	23%
Relações com a comunidade	1	100%					1	4%
Ambiente	2	50%			2	50%	4	15%
	<b>10</b>	<b>42%</b>	<b>6</b>	<b>25%</b>	<b>8</b>	<b>33%</b>	<b>24</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

Em 2019, houve um decréscimo na divulgação na categoria de Recursos Humanos e houve uma evolução do reporte na categoria Ambiente. Desta análise conclui-se que o nível de divulgação da solidariedade é relativamente baixo devendo a instituição fazer esforços de forma a aumentar o nível de divulgação deste valor, visto que o seu objeto social é a solidariedade social (Sahakian & Dunand, 2015 ; Picciotti, 2017).

Relativamente ao princípio Valorização de Pessoas os resultados da pesquisa do ano 2018 estão expostos na tabela seguinte:

**Tabela 19 - Mensuração IDS no Princípio Valorização das Pessoas 2018**

CATEGORIA DIVULGAÇÃO	VALORIZAÇÃO DE PESSOAS 16 INDICADORES							
	R		RP		NR		TOTAL	
ANO 2018								
Recursos Humanos	9	75%	2	17%	1	8%	12	71%
Produtos/Serviços			1	50%	1	50%	2	18%
Sustentabilidade Económica								
Relações com a comunidade	1	100%					1	6%
Ambiente			1	100%			1	6%
	<b>10</b>	<b>63%</b>	<b>4</b>	<b>25%</b>	<b>2</b>	<b>13%</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

Como se pode verificar na tabela existe uma predominância do reporte dos indicadores com 63% do reporte total e 25% do reporte parcial o que perfaz 88% dos indicadores foram divulgados total ou parcialmente.

Relativamente à divulgação do reporte do princípio Valorização das Pessoas em 2019 expomos os resultados na tabela seguinte:

**Tabela 20 - Mensuração IDS no Princípio Valorização das Pessoas 2019**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	VALORIZAÇÃO DE PESSOAS 16 INDICADORES							
		R		RP		NR		TOTAL	
	ANO 2019								
Recursos Humanos		9	75%	2	17%	1	8%	12	71%
Produtos/Serviços						2	100%	2	18%
Sustentabilidade Económica									
Relações com a comunidade		1	100%					1	6%
Ambiente				1	100%			1	6%
		<b>10</b>	<b>63%</b>	<b>3</b>	<b>19%</b>	<b>4</b>	<b>25%</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

Em 2019 houve um decréscimo no reporte devido aos indicadores dos Produtos/Serviços, onde nenhum indicador foi reportado. A instituição deve tomar diligências no sentido de aumentar o seu reporte visto que a valorização das pessoas é um princípio que inspira as pessoas e a comunidade para o interesse comum e promove parcerias em direção à sustentabilidade (Vidal, Guix, & Rodríguez, 2005; Chuang, Chuang, & Yang, 2013).

Para o princípio da Coesão Social os resultados para 2018 estão apresentados na tabela seguinte:

**Tabela 21 - Mensuração IDS no Princípio Coesão Social 2018**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	COESÃO SOCIAL 9 INDICADORES							
		R		RP		NR		TOTAL	
	ANO 2018								
Recursos Humanos		2	100%					2	22%
Produtos/Serviços									
Sustentabilidade Económica				1	100%			1	11%
Relações com a comunidade		2	50%	1	25%	1	25%	4	44%
Ambiente				1	50%	1	50%	2	22%
		<b>4</b>	<b>44%</b>	<b>3</b>	<b>33%</b>	<b>2</b>	<b>22%</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

Como se pode verificar de acordo com os IDS propostos no princípio de coesão social no relatório de sustentabilidade do ano 2018, 44% dos IDS foram divulgados, 33% foram divulgados de forma parcialmente e 22% não foram reportados.

Relativamente à divulgação do reporte do princípio Coesão social em 2019 revelamos os resultados na tabela seguinte:

**Tabela 22 - Mensuração IDS no Princípio Coesão Social 2019**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	COESÃO SOCIAL 9 INDICADORES							
		R		RP		NR		TOTAL	
	ANO 2019								
Recursos Humanos		2	100%					2	22%
Produtos/Serviços									
Sustentabilidade Económica		1	100%					1	11%
Relações com a comunidade		2	50%	1	25%	1	25%	4	44%
Ambiente				1	50%	1	50%	2	22%
		<b>5</b>	<b>56%</b>	<b>2</b>	<b>22%</b>	<b>2</b>	<b>22%</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

No ano 2019 houve uma evolução na divulgação dos IDS. Estes resultados evidenciam o cuidado da instituição relativamente à promoção da coesão social que consolida as interações sociais e promove laços sociais tornando a coesão social uma componente integradora da SCMP (Chuang, Chuang, & Yang, 2013).

Relativamente à divulgação do reporte do princípio Funcionamento em Rede em 2019 mostramos os resultados na tabela seguinte:

**Tabela 23 - Mensuração IDS no Princípio Funcionamento em Rede 2018**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	FUNCIONAMENTO EM REDE 6 INDICADORES							
		R		RP		NR		TOTAL	
	ANO 2018								
Recursos Humanos		2	100%					2	33%
Produtos/Serviços		1	100%					1	17%
Sustentabilidade Económica		1	100%					1	17%
Relações com a comunidade				1	100%			1	17%
Ambiente						1	100%	1	17%
		<b>4</b>	<b>67%</b>	<b>1</b>	<b>17%</b>	<b>1</b>	<b>17%</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

Como se pode verificar de acordo com os indicadores propostos no princípio de coesão social no relatório de sustentabilidade do ano 2018 houve o reporte 67% dos indicadores sendo que 17% foram reportados de forma parcial no princípio Funcionamento em Rede e 17% não reportados.

**Tabela 24 - Mensuração IDS no Princípio Funcionamento em Rede 2019**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	FUNCIONAMENTO EM REDE 6 INDICADORES							
		R		RP		NR		TOTAL	
	ANO 2019								
Recursos Humanos		2	100%					2	33%
Produtos/Serviços		1	100%					1	17%
Sustentabilidade Económica		1	100%					1	17%
Relações com a comunidade				1	100%			1	17%
Ambiente		1	100%					1	17%
		<b>5</b>	<b>83%</b>	<b>1</b>	<b>17%</b>			<b>6</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

De 2018 para 2019 houve uma evolução positiva no reporte dos IDS propostos para o princípio Funcionamento em Rede o que demonstra o evidente esforço da instituição de promover RS nas suas parcerias (Vidal, Guix, & Rodríguez, 2005 ; Chuang, Chuang, & Yang, 2013).

Por último revela-se os resultados do reporte do princípio da Transparência na tabela seguinte:

**Tabela 25 - Mensuração IDS no Princípio Transparência 2018**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	TRANSPARÊNCIA 9 INDICADORES				TOTAL		
		R	RP	NR				
ANO 2018								
Recursos Humanos		3	100%				3	33%
Produtos/Serviços		1	50%		1	50%	2	22%
Sustentabilidade Económica								
Relações com a comunidade		2	100%				2	22%
Ambiente		2	100%				2	22%
		<b>8</b>	<b>89%</b>		<b>1</b>	<b>11%</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

Conforme exposto na tabela, podemos verificar que a maioria dos indicadores para o princípio Transparência foram reportados num total de 89% dos indicadores propostos e dos 9 indicadores propostos só um não foi reportado.

Relativamente à divulgação do reporte do princípio Transparência em 2019 expomos os resultados na tabela seguinte:

**Tabela 26 - Mensuração IDS no Princípio Transparência 2019**

CATEGORIA	DIVULGAÇÃO	TRANSPARÊNCIA 9 INDICADORES				TOTAL		
		R	RP	NR				
ANO 2019								
Recursos Humanos		3	100%				3	33%
Produtos/Serviços		1	50%		1	50%	2	22%
Sustentabilidade Económica								
Relações com a comunidade		2	100%				2	22%
Ambiente		2	100%				2	22%
		<b>8</b>	<b>89%</b>		<b>1</b>	<b>11%</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração Própria

De 2018 para 2019 não houve evolução nos indicadores propostos para o princípio Transparência, mantendo os resultados anteriores. Estes resultados evidenciam o compromisso e o rigor que a instituição tem com o dever da Transparência evidenciando o esforço de criar valor para a instituição (Gazzola & Ratti, 2014; López-Arceiz, Pérezgrueso, & Torres, 2017; Bandeira, Ornelas, & Meira, 2020).

Seguindo o modelo proposto por Tomé (2014), evidencia-se na tabela seguinte uma síntese dos resultados por princípio e por vertente da RS.

**Tabela 27 - Mensuração Convergência entre Categorias e Princípios**

Princípios	Recursos Humanos	Produtos/Serviços	Sustentabilidade Económica	Relações com a Comunidade	Ambiente
Solidariedade	↗	↘	↘	↗	↘
Valorização das Pessoas	↗		↘	↗	
Coesão social	↗	↗	↗	↗	↗
Funcionamento em Rede	↗	↗		↗	↗
Transparência	↗	↗		↗	↗

FONTE: Elaboração Própria

Dos resultados expostos na tabela, podemos verificar que a Santa Casa da Misericórdia tem um nível de reporte preponderantemente positivo relativamente aos princípios escolhidos para esta análise demonstrando a sua preocupação com a sustentabilidade e com a importância do reporte tridimensional da RS (Tomé, 2014). Relativamente aos pontos fracos referimos que a instituição apresenta maiores dificuldades no reporte no princípio da solidariedade nas categorias de produtos/serviços, sustentabilidade e ambiente.

De forma a concluir a nossa investigação resta-nos responder às QI:

**Existe transparência ao nível da RS e sustentabilidade por parte das Misericórdias portuguesas?**

Da investigação realizada aferiu-se que a maioria das Misericórdias portuguesas não divulgam a RS e a sustentabilidade nos seus *sites* institucionais.

**Qual o nível de comunicação institucional sobre RS e sustentabilidade das Misericórdias?**

Denota-se uma evolução na divulgação institucional das misericórdias, porém o nível de reporte da sustentabilidade é relativamente baixo o que nos leva a concluir que a RS e a sustentabilidade ainda não estão nos objetivos das misericórdias.

**As Misericórdias emitem relatórios de sustentabilidade?**

Da análise efetuada, aferiu-se que a única misericórdia em Portugal que elabora o relatório de sustentabilidade é a SCMP.

### **Os relatórios de sustentabilidade cumprem os requisitos das Normas *Global Reporting Initiative (GRI)*?**

A SCMP cumpre as orientações fornecidas pelas normas da Iniciativa Global de Reporte (GRI - *Global Reporting Initiative*) na opção essencial (SCMP, 2020).

### **As misericórdias portuguesas evidenciam nos seus relatórios de sustentabilidade o seu desempenho e impacto na sociedade?**

Da investigação efetuada podemos aferir que a RS para a SCMP é uma contribuição para um futuro sustentável, e nas atividades da instituição são incluídas ações sociais e solidárias na comunidade local.

### **Quais as práticas que as misericórdias desenvolvem a nível interno e a nível externo num conceito *triple bottom line*?**

O nível de divulgação é preponderantemente positivo relativamente aos princípios escolhidos para esta análise e demonstra a sua preocupação com o compromisso que têm com a sociedade e assenta no modelo *triple bottom line*.

Na dimensão social, a nossa investigação concluiu que a SCMP desenvolve uma gestão de recursos humanos direcionada para a RS e para a sustentabilidade na adoção de planos estratégicos que promovem o compromisso dos colaboradores com a sustentabilidade. A instituição está presente na comunidade onde atua, promove o desenvolvimento local e direciona a comunidade para a sustentabilidade, consolida as interações sociais e promove laços sociais tornando a coesão social uma componente integradora da SCMP o que demonstra o evidente esforço da instituição de promover RS nas suas parcerias.

Na sua dimensão económica, existe uma ausência de informação relevante para os seus *stakeholders* tais como a proveniência dos seus recursos e as doações efetuadas à instituição remetendo informação para o relatório de gestão.

Na sua dimensão ambiental, demonstra uma preocupação pela divulgação da redução da sua pegada ambiental e também demonstra que o compromisso com a ambiente parece ser uma preocupação eminente da SCMP, porém não existe informação sobre as práticas que a consciência ambiental da instituição no cumprimento de certas políticas ambientais. Porém não divulga como gere processo do impacto ambiental e quais os sistemas de gestão ambiental que utiliza na administração da dimensão ambiental da instituição.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As misericórdias enquanto entidades da ES assentam o seu funcionamento num conjunto de valores e princípios que convergem com os princípios da RS, o que comprova que a RS está presente no ADN da ES.

Na prossecução dos nossos objetivos, foi realizada uma pesquisa à totalidade das misericórdias, verificando-se que o nível de transparência prestada aos seus *stakeholders* evolui. No entanto, a divulgação de informação relativa à sustentabilidade empresarial ainda não está nos objetivos da maioria das misericórdias portuguesas pois o nível de divulgação de relatórios de sustentabilidade ficou nos 3%.

O relatório de sustentabilidade é um instrumento perfeito para relatar a transparência e a sustentabilidade das EES. Através do nosso estudo de caso, verificamos que a SCMP tem um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e integra na sua estratégia a RS.

Incidindo a nossa análise na SCMP e sustentada nos Relatórios de Sustentabilidade de 2018 e 2019, demonstrou-se que a instituição está preocupada em racionalizar e utilizar eficientemente os recursos naturais, promover o bem-estar dos seus colaboradores, ouvir as partes interessadas, refletir as suas preocupações e expectativas na sua atividade e na sua gestão, e procura gerir um impacto positivo na comunidade envolvente.

Os resultados obtidos nesta pesquisa confirmam os apresentados por estudos anteriores. Existe uma ausência de transparência por parte das misericórdias visto que a maioria das instituições não divulga informações relevantes sobre a responsabilidade social e sustentabilidade aos stakeholders (Tomé, 2014; Tomé, Meira, & Bandeira, 2015; Tomé, Meira, & Bandeira, 2016; Lima, 2017 ;Carvalho, Ferreira, & Lima, 2019 ; Silva, 2020).

As misericórdias munidas do seu compromisso convergem para a RS naturalmente sendo iminente desenvolver medidas que imponham a exigibilidade de um relatório harmonizado que sirva internamente como instrumento de gestão e externamente como instrumento de comunicação com todas as partes interessadas (Tomé, 2014; Tomé, Meira, & Bandeira, 2015; Tomé, Meira, & Bandeira, 2016).

O nosso estudo de caso ficou restrito a uma instituição, o que expressa a impossibilidade de generalizar os resultados obtidos às restantes misericórdias, o que

demonstra que a SCMP seja bastante atípica em relação às restantes, sendo esta a limitação maior da nossa investigação.

Os estudos futuros devem-se concentrar numa amostra maior e mais diversa de instituições. Outra limitação deste estudo é o peso de cada categoria dentro da amostra ser diferente o que torna certas categorias mais preponderantes que outras limitando as conclusões numa forma mais generalizada. Por último, como existem apenas dois Relatórios de Sustentabilidade publicados pela SCMP, torna difícil a comparação dos indicadores a nível evolutivo.

A metodologia proposta pode ser usada como uma orientação a ser adaptada para analisar outras EES e também para fazer comparações entre os diversos tipos de entidades que fazem parte da Economia Social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amoako, G. K., & Dartey-Baah, H. (2020). Corporate Social Responsibility: Strategy for Boosting Brand Perception and Competitive Advantage. *Em A. Kuna-Marszalek, & A. Klysik-Uryszek, CSR and Socially Responsible Investing Strategies in Transitioning and Economy*, 1-14 Link: <https://www.igi-global.com/chapter/corporate-social-responsibility/247339>.
- Arias, X. C., & Caballero, G. (2013). Nuevo institucionalismo: gobernanza, economía y políticas públicas. *Cento de investigaciones sociológicas*, 17-41.
- Bandeira, A. M., Ornelas, T., & Meira, D. (2020). Transparência das Instituições Particulares de Solidariedade Social na Região Autónoma da Madeira: Estudo empírico. *Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP* v. 6, 26-39  
Link: [https://www.researchgate.net/publication/340488172\\_Transparencia\\_das\\_I\\_PSS\\_na\\_Regiao\\_Autonomia\\_da\\_Madeira\\_estudo\\_empirico](https://www.researchgate.net/publication/340488172_Transparencia_das_I_PSS_na_Regiao_Autonomia_da_Madeira_estudo_empirico).
- Barbedo, A. P. (2017). As mudanças contabilísticas na Santa Casa da Misericórdia do Porto: o período 1914-1917. Minho: Universidade do Minho. Link: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/discussant-do-paper-as-mudancas-contabilisticas-na-santa-casa-da-misericordia-do-porto-o-periodo/33143>
- Benhamou, S., Diaye, M.-A., & Crifo, P. (2016). Responsabilité sociale des entreprises et compétitivité Évaluation et approche stratégique. Paris: France Stratégie. Link: <http://temis.documentation.developpement-durable.gouv.fr/docs/Temis/0083/Temis-0083827/22364.pdf>
- Bögan, E., & Dedeoglu, B. D. (2019). The influence of corporate social responsibility in hospitality establishments on students' level of commitment and intention to recommend. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education* 25, 1-11 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2019.100205>.
- Bruns, A.S. (2017). Determinants of corporate social responsibility: Empirical evidence from the Netherlands. *University of Twente*, 1-69 Link: <http://purl.utwente.nl/essays/72020>.
- Business Council for Sustainable Development. (Março de 2021). *DIRETRIZES DA SUSTENTABILIDADE | Reporting Legislação e standards internacionais*. Obtido de BCSDPortugal.org: Link. <https://bcsdportugal.org/diretrizes-da-sustentabilidade-reporting/>
- Carroll, A. (1979). A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*. 4, 479-505 Link: [https://d1wqtxtslxzle7.cloudfront.net/1942764/3-DmodelCSP.pdf?response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA\\_Three\\_Dimensional\\_Conceptual\\_Model\\_of.pdf&Expires=1624460624&Signature=QwetpX27vUARbB15eOmbHn~iX~3E0veh5XK-Ay3MbHn~8E4nvqY~cRm2](https://d1wqtxtslxzle7.cloudfront.net/1942764/3-DmodelCSP.pdf?response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_Three_Dimensional_Conceptual_Model_of.pdf&Expires=1624460624&Signature=QwetpX27vUARbB15eOmbHn~iX~3E0veh5XK-Ay3MbHn~8E4nvqY~cRm2).

- Carvalho, A., Ferreira, M. R., & Lima, S. (2019). Web disclosure of institutional information in nonprofit organizations: an approach in Portuguese charities. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 1-18 DOI: <https://doi.org/10.1007/s12208-019-00235-1>.
- Chuang, Y.-C., Chuang, K.-Y., & Yang, T.-H. (2013). Social cohesion matters in health. *International Journal for Equity in Health* volume 12 n° 87, 1-12 DOI: <https://doi.org/10.1186/1475-9276-12-87>.
- Costa, M. A., Santos, M. J., Seabra, F. M., & Jorge, F. (2014). A Responsabilidade Social em Contexto Ibero-Americano. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito Vol. 16, n° 1*, 9-17  
Link: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13788/1/A%20Responsabilidade%20Social%20em%20Contexto%20Ibero-Americano.pdf>.
- CASES. (2019). *Conta Satélite da Economia Social 2016*. Lisboa: CASES.
- Duarte, A. P., & Neves, J. G. (2010). O impacto da responsabilidade social nas atitudes dos colaboradores: Um estudo quase-experimental. *Instituto Universitário de Lisboa/ Centro de Investigação e Intervenção Social*, 2296-2309  
Link: [https://dlwqtxts1xzle7.cloudfront.net/46326807/O\\_impacto\\_da\\_responsabilidade\\_social\\_nas20160607-25493-1gf2mmm.pdf?1465352833=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO\\_impacto\\_da\\_responsabilidade\\_social\\_nas.pdf&Expires=162](https://dlwqtxts1xzle7.cloudfront.net/46326807/O_impacto_da_responsabilidade_social_nas20160607-25493-1gf2mmm.pdf?1465352833=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_impacto_da_responsabilidade_social_nas.pdf&Expires=162).
- Francisco Javier Pérez-Sanz, & Ana F. Gargallo-Castel, M. L.-S. (2019). Práticas de RSE en cooperativas. Experiencias y resultados mediante el estudio de casos. *Universitat de Valencia*, 137-178 DOI: <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.97.11043>.
- Fortin, M.-F., Côté, J., & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e etapas fo processo de Investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Frimousse, S., & Peretti, J.-M. (2019). Raison d'être et responsabilité sociétale. *Question(s) de management 2019/4 (n° 26)*, 149-168 Link: <https://www.cairn.info/revue-questions-de-management-2019-4-page-149.htm>.
- Garrido, Á. (2016 ). *Uma história da Economia Social*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Gazzola, P., Ratti, M., & Amelio, S. (2017). CSR and Sustainability Report for Nonprofit Organizations. An Italian Best Practice. *Management Dynamics in the Knowledge Economy Vol.5 n° 3*, 355- 376 DOI: 10.25019/MDKE/5.3.03.
- Giovanni, P. D. (2012). Do internal and external environmental management contribute to the triple bottom line? *International Journal of Operations & Production Management Vol. 32 Iss: 3*, 265 - 290.

- Gonçalves, M. J. (2018). *Evolução do Relato Não Financeiro – O Caso da Nestlé*. Leiria: Escola de Tecnologia e Gestão.
- GRI. (2016). *Gri Standards*. Obtido de <https://www.globalreporting.org/https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>
- GRI Standards.. <https://www.globalreporting.org/>. Obtido de Global Reporting Org: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>
- Guimarães, P. (2020). Economia social, sustentabilidade e transparência. Em (. J. Reto, *A economia social numa visão plural* (pp. 56-57). Lisboa: CEEPS (CIRIEC Portugal). Link:[https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/03/A-Economia-Social-numa-vis%C3%A3o-plural\\_CIRIEC-PT\\_2020.pdf](https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/03/A-Economia-Social-numa-vis%C3%A3o-plural_CIRIEC-PT_2020.pdf)
- Hammer, J., & Pivo, G. (2016). The Triple Bottom Line and Sustainable Economic Development Theory and Practice. *Economic Development Quarterly*, 1-12 DOI: <https://doi.org/10.1177%2F0891242416674808>.
- Haugh, H. (2021). Social economy advancement: from voluntary to secure organizational commitments to public benefit. *Journal of Management History*, 1-40 DOI: <https://doi.org/10.1108/JMH-06-2020-0035>.
- Hunter, D. J. (2019). *Defining Exploratory-Descriptive Qualitative (EDQ) research and considering its application to healthcare*. Glasgow: University of Glasgow.
- INE. (2019). *Conta Satélite 2016*. Instituto Nacional Estatística.
- INE. (2019). *Inquérito ao Sector da Economia Social*. INE.
- ISO. (2018). *Discovering ISO 26000*. Genève: ISO.org.
- Júnior, A. V. (2020) Link: *Modelos e ferramentas de gestão ambiental: Desafios e perspectivas para as organizações*. São Paulo: Senac. <https://books.google.com.br/booksModelos+e+ferramentas+de+gestão>.
- Jacquillat, B., Solnik, B., & Pérignon, C. (2014). *Marchés financiers - 6e éd: Gestion de portefeuille et des risques*. Paris: Dunod. Paris: Dunod. Link:<https://books.google.com.br/books?hl=ptGestion+de+portefeuille+et+des+risques:+Gestion+de+portefeuille+et+des+risques>
- Laville, J.-L. (2011). What is the third sector? From the non-profit sector to the social and solidarity economy - Theoretical debate and European reality. *European Research Network*, 1-15 Link: [https://emes.net/content/uploads/publications/EMES-WP-11-01\\_Jean-Louis-Laville.pdf](https://emes.net/content/uploads/publications/EMES-WP-11-01_Jean-Louis-Laville.pdf).
- Lazkano, L., & Beraza, A. (2019). Social Accounting for Sustainability: A Study in the Social Economy. *Sustainability* 2019, 11, 6894 DOI: <https://doi.org/10.3390/su11246894>.

- Lim, J. S., & A.Greenwoodb, C. (2017). Communicating corporate social responsibility (CSR): Stakeholder responsiveness and engagement strategy to achieve CSR goals . *Public Relations Review Volume 43, Issue 4,* 768-776 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pubrev>.
- Lima, S. M. (2017)*A Divulgação Institucional nas Misericórdias Portuguesas*. Porto: Instituto Politécnico do Porto. 2017  
[Link:https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11739/1/DM\\_SandraLima\\_MGO3\\_S\\_2017.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11739/1/DM_SandraLima_MGO3_S_2017.pdf).
- Lopes, M. M. (2015). *A Influência dos Stakeholders na Responsabilidade Social Empresarial Estratégica*. Instituto Universitário de Lisboa.
- López-Arceiz, F. J., Pérezgrueso, A. J., & Torres, M. P. (2017). Accessibility and transparency: impact on social economy. *Online Information Review, Vol. 41 Iss 1*, 1-25 DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-09-2015-0296>.
- Maroun, W. (2017). Assuring the integrated report: Insights and recommendations from auditors and preparers. *The British Accounting Review 49* , 329 - 346 Link: <https://isiarticles.com/bundles/Article/pre/pdf/147977.pdf>.
- Martins, L. L. (2014). O acordão do Tribunal da relação de Coimbra , de 10-09-2013, e a repartição da competência jurisdicional sobre associações canonicamente erectas na jurisprudência dos tribunais portugueses . *Cooperativismo e Economía Social núm. 36*, 177-190 Link: <https://revistas.webs.uvigo.es/index.php/CES/article/download/1213/1196/>.
- Meira, D. (2011). A responsabilidade social da empresa cooperativa. Uma análise jurídica e intercultural. In C. Sarmiento (coord.), *Diálogos interculturais: os novos rumos da viagem* (pp. 293-305). Porto: Vida Económica, ISBN: 978-972-788-413-1.
- Meira, D. A. (2013). A Lei de Bases da Economia Social portuguesa: do projeto ao texto final. *CIRIEC-España. Revista Jurídica N° 24*, 1-32 Link: <https://www.researchgate.net/publication/340461636>
- Meira, D., & Ramo, M. E. (2019). Empresas sociais e sociedades comerciais:realidades o divergentes. *Cooperativismo & Desarrollo 27 (1)*, 1-33 DOI: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2019.01.04>.
- Mohajan, H. (2018). Qualitative Research Methodology in Social Sciences and Related Subjects. *Journal of Economic Development, Environment and People, Vol. 7 Issue 1*, 23-48.
- Mondini, G. (2019). Sustainability Assessment: from Brundtland Report to Sustainable Development Goals. *Journal Valori e Valutazioni No. 23*, 129-137 Link: [https://siev.org/wp-content/uploads/2020/02/23\\_15-\\_-MONDINI\\_eng.pdf](https://siev.org/wp-content/uploads/2020/02/23_15-_-MONDINI_eng.pdf).

- Moreno, A. S., & Sajardo, R. C. (2017). Responsabilidad Social en las empresas de Economía Social: un análisis comparativo sobre del tejido productivo de la Comunidad Valenciana. *REVECO Revista de Estudos Cooperativos Vol.125*, 213-242. DOI: <https://doi.org/10.5209/REVE.57065>.
- Moura, P., & Enes, C. (2016). Costs and Economies of Scale at Not-for-Profit Organizations: The Case of the Santa Casa da Misericórdia de Barcelos Between 2002 and 2013. *Springer Science + Business Media Dordrecht* , 1- 19 DOI [10.1007/s11205-016-1315-4](https://doi.org/10.1007/s11205-016-1315-4).
- Mozas-Moral, A., Uclés, D. F., Bernal-Jurado, E., & Viruel, M. J. (2020). SOSTENIBILIDAD, DESARROLLO ENDÓGENO Y ECONOMÍA SOCIAL. *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica Vol. 3 (2020)*, 17-35 •DOI: <http://dx.doi.org/10.33776/riesise.v3i0.4980>. ISSN: 2659-5311.
- Namorado, R. (2006). Os quadros jurídicos da economia social- uma introdução ao caso português. *Centro de Estudos Sociais*, 1-27 Link: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/11113/1/Os%20quadros%20jur%C3%ADdicos%20da%20economia%20social.pdf>.
- Namorado, R. (2017). A Economia Social e a Constituição. *Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social*, 1-17 Link: <https://www.uc.pt/feuc/ceces/est/est3>.
- Oliveira, R. M. (2012) *Integração da Norma ISO 26000 de Responsabilidade Social na Estratégia de Gestão*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Link: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21413/1/Trabalho%20projecto\\_MGEST\\_Ricardo%20Oliveira\\_NE\\_2006024798.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21413/1/Trabalho%20projecto_MGEST_Ricardo%20Oliveira_NE_2006024798.pdf).
- Orzes, G., Moretto, A. M., Moro, M., Rossi, M., Sartor, M., Caniato, F., & Nassimbeni, G. (2019). The Impact of the United Nations Global Compact on firm performance: A longitudinal analysis. *International Journal of Production Economics*, 1-53 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2020.107664>.
- Parlamento Europeu. (2009). *Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, sobre a economia social (2008/2250(INI))*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Parlamento Europeu . (2014). *Diretiva 2014/95/UE: Divulgação por parte de grandes empresas e grupos de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade* . Bruxelas: Parlamento Europeu .
- Pérezgrueso, F. J.-A., & Torres, M. P. (2017 ). Accessibility and transparency: impact on social economy. *Online Information Review, Vol. 41 Iss 1*, 1-25.
- Picciotti, A. (2017). Towards Sustainability. The innovation paths of social enterprise . *Annals of Public and Cooperative Economics* 88:2, 233-256 DOI: <https://doi.org/10.1111/apce.12168>.

- Raucci, D., & Tarquinio, L. (2020). Sustainability Performance Indicators and Non-Financial Information Reporting. Evidence from the Italian Case. *Administrative Sciences*, 1-17 Link: <https://www.mdpi.com/2076-3387/10/1/13>.
- Reis, C. D. (2020). *O relato de informação não financeira após a aplicação da diretiva 2014/95/UE: o que determina a divulgação da informação num relatório de sustentabilidade autónomo e a sua auditoria?* Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. Link: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21810>
- Ribeiro, D. I. (2019). *A Relevância da Informação não financeira: Estudo de Caso Brisa*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal. Link: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/30375>
- Roque, M. P. (2018). Misericórdias e conflito de jurisdições: a impugnação de deliberações das associações de religiosos. *Revista da Ordem dos Advogados*, 835-878 Link: [https://portal.oa.pt/media/130261/miguel-prata-roque\\_roa\\_iii\\_iv\\_2018-revista-da-ordem-dos-advogados-16.pdf](https://portal.oa.pt/media/130261/miguel-prata-roque_roa_iii_iv_2018-revista-da-ordem-dos-advogados-16.pdf).
- Ruano, A. J., & Manso, J. R. (2019). The Development of Legislation on the Social Economy in Continental Western Europe. *Resources* 8, 154, 1-14 DOI: [10.3390/resources8030154](https://doi.org/10.3390/resources8030154).
- Saeidia, S. P., Sofian, S., Saeidia, P., Saeidia, S. P., & Saeidi, S. A. (2015). How does corporate social responsibility contribute to firm financial performance? The mediating role of competitive advantage, reputation, and customer satisfaction. *Journal of Business Research*, 68(2), 341-350 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2014.06.024>.
- Sahakian, M. D., & Dunand, C. (2015). The social and solidarity economy towards greater 'sustainability': learning across contexts and cultures, from Geneva to Manila. *Oxford University Press and Community Development Journal*. 20, 1-15 DOI: [10.1093/cdj/bsu054](https://doi.org/10.1093/cdj/bsu054).
- SCMP. (2006). *Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP.
- SCMP. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2018*. Porto: SCMP.
- SCMP. (2020). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Porto: SCMP.
- Silva, Y. B. (2020) *O Nível de Transparência nas Santas Casas da Misericórdia do Norte de Portugal e seus Determinantes*. Bragança: Associação de Politécnicos do Norte (APNOR).  
Link: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/23281/1/pauta-relatorio%284%29.pdf>.
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009). Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison. *The Accounting Review* Vol. 84, No. 3, 937-967 Link: <https://www.jstor.org/stable/27784199>.

- Sisaye, S. (2021). The influence of non-governmental organizations (NGOs) on the development of voluntary sustainability accounting reporting rules. *Palumbo-Donahue School of Business, Duquesne University*, 5-22 Link: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JBSED-02-2021-0017/full/pdf>.
- Tarquinio, L., Raucci, D., & Benedetti, R. (2018). An Investigation of Global Reporting Initiative Performance Indicators in Corporate Sustainability Reports: Greek, Italian and Spanish Evidence. *Sustainability* 10, 897, 1-19 DOI: [10.3390/su10040897](https://doi.org/10.3390/su10040897).
- Teixeira, Z. M. (2014) *O Relato Financeiro nas IPSS: Estudo de caso de uma IPSS do concelho de Vila Nova de Gaia*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Link: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/5583>.
- Tomé, B., Bandeira, A. M., Azevedo, G., & Costa, A. J. (2019). *Sustainability and Corporate Social Responsibility in the perspective of social economy entities: a bibliometric study*. SRRNet International Conference, 317-332 Link: [https://www.researchgate.net/publication/343930601\\_Sustainability\\_and\\_Corporate\\_Social\\_Responsibility\\_in\\_the\\_Perspective\\_of\\_Social\\_Economy\\_Entities\\_A\\_Bibliometric\\_Study](https://www.researchgate.net/publication/343930601_Sustainability_and_Corporate_Social_Responsibility_in_the_Perspective_of_Social_Economy_Entities_A_Bibliometric_Study).
- Tomé, M. B. (2014). *O Relato Integrado e a Responsabilidade Social da empresa no Contexto Da Economia Social*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Link: [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5476/1/DM\\_MariaTomé\\_2014.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5476/1/DM_MariaTomé_2014.pdf)
- Tomé, M. B., Meira, D. A., & Bandeira, A. M. (2015). Integrated reporting and corporate social responsibility in the context of social economy. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa No 85*, 109-142 Link: [https://www.researchgate.net/publication/303051443\\_Integrated\\_reporting\\_and\\_corporate\\_social\\_responsibility\\_in\\_the\\_context\\_of\\_social\\_economy\\_Mutual\\_as\\_sociations\\_in\\_the\\_health\\_and\\_welfare\\_sector](https://www.researchgate.net/publication/303051443_Integrated_reporting_and_corporate_social_responsibility_in_the_context_of_social_economy_Mutual_as_sociations_in_the_health_and_welfare_sector).
- Tomé, M. B., Meira, D. A., & Bandeira, A. M. (2016). Os desafios das Cooperativas de Solidariedade Social Portuguesas face ao novo Estatuto das IPSS. *XVI Congreso de Investigadores en Economía Social y Cooperativa*, 1-24 Link: <https://www.researchgate.net/publication/340488035>
- UMP. (11 de 06 de 2021). <https://www.ump.pt>. Obtido de UMP - Apresentação - União das Misericórdias Portuguesas: UMP - Apresentação - União das Misericórdias Portuguesas Link: [https://www.ump.pt > Home > uniao > apresentacao](https://www.ump.pt/Home/uniao/apresentacao)
- UMP. (29 de maio de 2021). [/www.ump.pt/Home/misericordias/misericordias-em-portugal/](https://www.ump.pt/Home/misericordias/misericordias-em-portugal/). Obtido de [www.ump.pt](https://www.ump.pt): <https://www.ump.pt/Home/misericordias/misericordias-em-portugal/>

- Vickers, I., Westall, A., Spear, R., & Brennan, G. a. (2017). Cities, the social economy and inclusive growth: a practice review. *Joseph Rowntree Foundation*, 1-81  
Link: <https://www.jrf.org.uk/report/cities-social-economy-and-inclusive-growth>.
- Vidal, P., Guix, D. T., & Rodríguez, M. P. (2005). The Social Responsibility of Non-Profit Organisations A conceptual Approach and Development of SRO model. *Observatori del Tercer Sector*, 1-32 Link: [The Social Responsibility of Non-Profit Organisations A conceptual Approach and Development of SRO model . Observatori del Tercer Sector, 1-32.](#)
- Voegtlin, C., & Greenwood, M. . (Human Resource Management Review). Corporate social responsibility and human resource management: A systematic review and conceptual analysis. *Corporate social responsibility and human resource management: A systematic review and conceptual analysis*, 181-197 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2015.12.003>.
- Westerman, J. W., Rao, M. B., Vanka, S., & Gupta, M. (2020). Sustainable human resource management and the triple bottom line: Multi- stakeholder strategies, concepts, and engagement☆. *Human Resource Management Review, Volume 30, Issue 3*, 1053-4822 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2020.100742>.
- Zbucheá, A. (2014). Are Customers Rewarding Responsible Businesses? An Overview of the Theory and Research in the Field of CSR. *Management Dynamics in the Knowledge Economy, 1(3)*, 367-385 Link: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2450616](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2450616).

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Constituição da República Portuguesa. Decreto de aprovação da Constituição Diário da República n.º 86/1976, (1976) Série I de 1976-04-10
- Decreto-Lei n.º 119/83,. (1983). *Aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Lisboa: Ministério dos Assuntos Sociais - Secretaria de Estado da Segurança Social.
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro. (2014). *Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Lisboa: Diário da República n.º 221/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-11-14.
- Decreto-Lei n.º 89/2017. (2017). Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/UE. *Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28*.
- Lei nº 30/2013, de 8 de maio. (2013). *Lei de Bases da economia Social*. Lisboa: Diário da República nº88 – 1ª série, Assembleia da República.

## **NORMAS CONSULTADAS**

ISO 26000 – Norma Internacional de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.  
*International Organization for Standardization*. Genève (2010).

## Apêndice I – Pesquisa das variáveis nas misericórdias portuguesas

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Bragança	Misericórdia de Alfândega da Fé	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Algoso	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Bragança	1	0	1	1	1	1	0	0
	Misericórdia de Carrazeda de Ansiães	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	1	1	0	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	1	0	1	1	0	0	0	0
	Misericórdia de Miranda do Douro	0							0
	Misericórdia de Mirandela	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Mogadouro	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Santulhão	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Torre de Moncorvo	1	1	0	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Vila Flor	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vimioso	1	1	0	0	0	0	1	0
Misericórdia de Vinhais	0							0	
<b>Bragança</b>		<b>12</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Vila Real	Misericórdia de Alijó	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Boticas	1	1	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Cerva	1	0	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Chaves	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Mesão Frio	1	1	0	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Mondim de Basto	0							
	Misericórdia de Montalegre	1	1	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Murça	0							
	Misericórdia de Ribeira de Pena	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Sabrosa	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Valpaços	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vila Pouca de Aguiar	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vila Real	1	1	1	1	1	0	0	0
	Misericórdia do Peso da Régua	1	1	1	1	1	0	1	0
<b>Vila Real</b>		<b>12</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Braga	Misericórdia de Amares	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Barcelos	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Braga	1	1	0	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Cabeceiras - S. Miguel de Refojos	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Celorico de Basto - S. Bento de Arndia	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Esposende	0							
	Misericórdia de Fafe	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Fão	0							
	Misericórdia de Guimarães	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Póvoa de Lanhoso	1	0	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Riba D' Ave	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Vieira do Minho	0							
	Misericórdia de Vila Nova de Famalicão	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vila Verde	1	0	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Vizela	1	1	1	0	0	1	1	0
<b>Braga</b>		<b>12</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Viana do Castelo	Misericórdia de Arcos de Valdevez	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Caminha	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Melgaço	1	0	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Monção	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Paredes de Coura	1	0	0	0	1	0	1	0
	Misericórdia de Ponte da Barca	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Ponte de Lima	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Valença	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Viana do Castelo	1	0	1	1	0	1	1	0
Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	1	1	1	0	1	1	1	0	
<b>Viana do Castelo</b>		<b>10</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Porto	Misericórdia da Azurara	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia da Maia	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia da Póvoa de Varzim	1	1	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia da Trofa	1	0	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Amarante	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Baião	1	1	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Felgueiras	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Freimunde	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Lousada	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Marco de Canaveses	1	0	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário de Unhão	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Paços de Ferreira	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Paredes	1	1	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Penafiel	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Santo Tirso	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Valongo	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	1	0	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Vila do Conde	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Vila Nova de Gaia	1	1	1	1	1	1	1	0
Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos	1	0	1	0	0	0	1	0	
Misericórdia do Porto	1	1	1	1	1	0	1	1	
<b>Porto</b>		<b>21</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>1</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Aveiro	Misericórdia de Oliveira do Bairro	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia da Mealhada	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Murtosa	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Agueda	1	1	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Albergaria-a-Velha	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Anadia	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Arouca	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Aveiro	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Castelo de Paiva	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Espinho	1	1	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Estarreja	1	0	0	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Ílhavo	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Oliveira de Azeméis	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Ovar	1	0	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Sangalhos	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Santa Maria da Feira	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de São João da Madeira	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Sever do Vouga	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vagos	1	1	1	1	1	1	1	0
Misericórdia de Vale de Cambra	1	0	1	1	0	0	1	0	
Misericórdia de Vila de Cucujães	1	0	1	1	0	0	1	0	
<b>Aveiro</b>		<b>21</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Coimbra	Misericórdia da Lousã	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia da Pampilhosa da Serra	1	0	1	0	1	0	1	0
	Misericórdia da Vila Cova de Alva	1	0	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Arganil	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Botão, S. Mateus	0							0
	Misericórdia de Buarcos	1	0	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Cantanhede	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Coimbra	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Condeixa-a-Nova	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Galizes	1	0	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Góis	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Miranda do Corvo	0				0			
	Misericórdia de Montemor-o-Velho	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Obra da Figueira	1	0	1	0	0	0	0	0
	Misericórdia de Penacova	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Penela	1	1	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Semide	0				0			
	Misericórdia de Soure	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Tábua	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vila de Pereira	1	1	1	1	0	1	1	0
Misericórdia de Vila Nova de Poiares, Nossa Senhora das Necessidades	1	0	1	1	0	1	1	0	
Misericórdia do Tentúgal	1	0	0	0	0	1	1	0	
<b>Coimbra</b>		<b>19</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Viseu	Misericórdia de Armamar	1	1	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Carregal do Sal	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Castro Daire	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Cinfães	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Lamego	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Mangualde	0						1	0
	Misericórdia de Moimenta da Beira	1	0	0	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Mortágua	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Nossa Senhora dos Milagres de Oliveira de Frades	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Penalva do Castelo	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Penela da Beira	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Resende	1	0	1	0	1	0	0	0
	Misericórdia de Santa Comba Dão	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Santar	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Santo António de Canas de Senhorim	0							
	Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul	1	0	1	1	1	0	0	0
	Misericórdia de São João da Pesqueira	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Sernancelhe	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Tabuaço	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Tarouca	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Tondela	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Vale de Besteiros	1	0	0	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Viseu	1	0	1	1	1	1	1	0
Misericórdia de Vouzela	1	0	0	1	0	0	1	0	
<b>Viseu</b>		<b>22</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Guarda	Misericórdia da Guarda	0							
	Misericórdia de Aguiar da Beira	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Alfaiates	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Almeida	1	0	1	0	1	0	1	0
	Misericórdia de Alverca da Beira	0						1	0
	Misericórdia de Bismula	1	0	0	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Celorico da Beira	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Fornos de Algodres	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Gouveia	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Linhares da Beira	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Manteigas	0							
	Misericórdia de Mêda	0							
	Misericórdia de Melo	0							
	Misericórdia de Pinhel	0							
	Misericórdia de Seia	1	0	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Trancoso	0							
	Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Vilar Maior	0							
Misericórdia do Sabugal	0								
Misericórdia do Soito	1	0	0	1	0	0	0	0	
<b>Guarda</b>		<b>12</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Leiria	Misericórdia da Batalha	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia da Benedita	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Marinha Grande	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia das Caldas da Rainha	1	1	1	1	1	0	0	0
	Misericórdia de Alcobaça	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Alfeizerão	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Aljubarrota	0							
	Misericórdia de Alvaiázere	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Alvorge	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Ansião	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Atouguia da Baleia	0							
	Misericórdia de Castanheira de Pera	1	1	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Figueiró dos Vinhos	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Leiria	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Pedrógão Grande	1	0	0	0	1	0	1	0
	Misericórdia de Peniche	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Pombal	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Porto de Mós	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Redinha	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Vila de Óbidos	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia do Bombarral	1	1	1	0	1	0	1	0
Misericórdia do Lourçal	1	0	0	0	0	0	1	0	
Misericórdia do Vimeiro	1	0	0	1	0	0	0	0	
<b>Leiria</b>		<b>21</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Guarda	Misericórdia da Guarda	0							
	Misericórdia de Aguiar da Beira	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Alfaiates	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Almeida	1	0	1	0	1	0	1	0
	Misericórdia de Alverca da Beira	0						1	0
	Misericórdia de Bismula	1	0	0	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Celorico da Beira	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Fornos de Algodres	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Gouveia	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Linhares da Beira	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Manteigas	0							
	Misericórdia de Mêda	0							
	Misericórdia de Melo	0							
	Misericórdia de Pinhel	0							
	Misericórdia de Seia	1	0	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Trancoso	0							
	Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Vilar Maior	0							
Misericórdia do Sabugal	0								
Misericórdia do Soito	1	0	0	1	0	0	0	0	
<b>Guarda</b>		<b>12</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Leiria	Misericórdia da Batalha	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia da Benedita	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Marinha Grande	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia das Caldas da Rainha	1	1	1	1	1	0	0	0
	Misericórdia de Alcobaça	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Alfeizerão	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Aljubarrota	0							
	Misericórdia de Alvaiázere	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Alvorge	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Ansião	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Atouguia da Baleia	0							
	Misericórdia de Castanheira de Pera	1	1	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Figueiró dos Vinhos	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Leiria	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Pedrógão Grande	1	0	0	0	1	0	1	0
	Misericórdia de Peniche	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Pombal	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Porto de Mós	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Redinha	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Vila de Óbidos	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia do Bombarral	1	1	1	0	1	0	1	0
Misericórdia do Lourçal	1	0	0	0	0	0	1	0	
Misericórdia do Vimeiro	1	0	0	1	0	0	0	0	
<b>Leiria</b>		<b>21</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Castelo Branco	Misericórdia da Sertã	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia da Soalheira	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia da Sobreira Formosa	0							
	Misericórdia de Alcafozes	0							
	Misericórdia de Alpedrinha	0							
	Misericórdia de Álvaro	1	0	0	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Belmonte	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Castelo Branco	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Covilhã	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Idanha-a-Nova	0							
	Misericórdia de Medelim	0							
	Misericórdia de Monsanto	0							
	Misericórdia de Oleiros	0							
	Misericórdia de Pedrógão Pequeno	1	0	0	0	1	0	1	0
	Misericórdia de Penamacor	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Proença-a-Nova	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Proença-a-Velha	0							
	Misericórdia de S. Vicente da Beira	1	1	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Salvaterra do Extremo	0							
	Misericórdia de Sarzedas	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Segura	0							
Misericórdia de Vila de Rei	0								
Misericórdia de Vila Velha de Ródão	0								
Misericórdia do Fundão	1	1	1	1	0	1	1	0	
Misericórdia do Ladoeiro	0								
Misericórdia do Rosmaninhal	1	0	1	0	0	1	1	0	
<b>Castelo Branco</b>		<b>13</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Lisboa	Associação do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra	1	1	1	1	0	1	1	0
	Irmandade da Misericórdia e de São Roque de Lisboa	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Amadora	1	0	1	0	0	0	0	0
	Misericórdia da Arruda dos Vinhos	0							
	Misericórdia da Azambuja	1	0	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia da Ericeira	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Lourinhã	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia da Marteleira	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia da Póvoa de Santo Adrião	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Venda do Pinheiro	0							0
	Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia de Alenquer	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Cascais	1	1	1	0	1	1	1	0
	Misericórdia de Loures	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Mafra	1	1	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Moscavide	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Oeiras	1	0	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Sintra	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Torres Vedras	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Vila Franca de Xira	1	0	1	1	0	0	1	0
Misericórdia do Cadaval	1	0	0	0	0	0	1	0	
Misericórdia do Sobral de Monte Agraço	0								
<b>Lisboa</b>		<b>19</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Setúbal	Misericórdia de Alcácer do Sal	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Alcochete	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Alhos Vedros	1	0	1	0	0	0	0	0
	Misericórdia de Almada	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Azeitão	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Canha	1	0	0	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Grândola	0							0
	Misericórdia de Palmela	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Santiago do Cacém	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Sesimbra	0							0
	Misericórdia de Setúbal	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Sines	1	0	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Torrão	0							0
	Misericórdia do Barreiro	1	1	1	0	1	0	1	0
	Misericórdia do Montijo	1	1	1	0	0	0	1	0
Misericórdia do Seixal	1	0	0	0	0	1	1	0	
<b>Setúbal</b>		<b>13</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Évora	Misericórdia de Alandroal	1	0	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Alcáçovas	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Arraiolos	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Azaruja	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Borba	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Cabeção	0							0
	Misericórdia de Cabrela	0							0
	Misericórdia de Estremoz	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Évora	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Évoramonte	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Lavre	0							0
	Misericórdia de Monsaraz	0							
	Misericórdia de Montemor-o-Novo	1	0	1	1	1	0	1	0
	Misericórdia de Mora	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Mourão	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Pavia	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Portel	1	1	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Reguengos de Monsaraz	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Terena	0							0
	Misericórdia de Veiros	1	0	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Vendas Novas	1	1	1	0	0	0	0	0
	Misericórdia de Viana do Alentejo	0							0
	Misericórdia de Vila Viçosa	1	1	0	0	0	0	1	0
Misericórdia do Redondo	1	0	1	1	0	0	1	0	
Misericórdia do Vimieiro	1	0	1	1	0	0	1	0	
<b>Évora</b>		<b>19</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Beja	Misericórdia da Nossa Senhora da Assunção de Messejana	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Vidigueira	1	1	0	0	1	0	1	0
	Misericórdia de Aljustrel	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Almodôvar	1	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Beja	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Cuba	1	1	1	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Entradas	0							0
	Misericórdia de Ferreira do Alentejo	1	0	0	1	0	0	1	0
	Misericórdia de Mértola	1	0	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Moura	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Odemira	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Ourique	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Serpa	1	0	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Vila Alva	1	0	0	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Vila de Frades	1	0	0	0	0	1	1	0
Misericórdia do Alvito	1	0	1	0	0	1	1	0	
<b>Beja</b>		<b>15</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade	
Faro	Misericórdia da Mexilhoeira Grande	0							0	
	Misericórdia de Albufeira	1	1	1	1	0	1	1	0	
	Misericórdia de Alcantarilha	1	1	0	0	0	0	1	0	
	Misericórdia de Alcoutim	1	0	1	0	0	0	1	0	
	Misericórdia de Aljezur	1	0	0	0	1	0	1	0	
	Misericórdia de Alvor	1	0	0	0	0	0	1	0	
	Misericórdia de Armação de Pêra	1	1	1	1	0	0	1	0	
	Misericórdia de Boliqueime	1	0	1	1	0	1	1	0	
	Misericórdia de Castro Marim	1	1	0	0	0	0	0	0	
	Misericórdia de Estômbar	1	1	1	1	0	1	1	0	
	Misericórdia de Faro	1	0	1	1	0	1	1	0	
	misericórdia Lago	0								0
	Misericórdia de Lagos	1	1	0	1	0	1	1	0	
	Misericórdia de Loulé	1	0	1	0	0	0	1	0	
	Misericórdia de Moncarapacho	1	0	1	0	0	0	0	0	
	Misericórdia de Monchique	0								0
	Misericórdia de Olhão	1	0	0	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Portimão	1	1	1	0	0	0	0	1	0
	Misericórdia de S. Brás de Alportel	1	1	1	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Silves	1	0	1	0	0	0	0	1	0
Misericórdia de Tavira	1	0	0	0	0	0	0	1	0	
Misericórdia de Vila do Bispo	0								0	
Misericórdia de Vila Real de Santo António	1	0	0	0	0	0	1	0	0	
<b>Faro</b>		<b>19</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Madeira	Misericórdia da Calheta	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Machico	1	1	1	0	0	0	1	0
	Misericórdia de Santa Cruz	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia do Funchal	1	1	1	0	0	0	1	0
4	<b>Madeira</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

Distrito	Instituição	Tem site institucional	Se Sim Reporta Estatutos	Se Sim Reporta Órgãos Sociais	Ae Sim Reporta Visão Missão Valores	Se Sim tem Livro de Reclamação on Line	Se Sim Reporta Plano de Atividades	Se Sim Reporta Relatório de Contas	Se Sim Reporta Relatório Sustentabilidade
Açores	Misericórdia da Calheta	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia da Horta	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia da Praia da Vitória	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia da Ribeira Grande	1	0	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia das Lajes das Flores	1	0	1	0	0	0	0	0
	Misericórdia das Lajes do Pico	1	0	1	1	1	1	1	0
	Misericórdia de Altares	0							0
	Misericórdia de Angra do Heroísmo	1	1	1	1	0	1	1	0
	Misericórdia de Madalena do Pico	1	1	1	0	0	1	1	0
	Misericórdia de Ponta Delgada	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia de Povoação	0							0
	Misericórdia de Santa Cruz da Ilha das Flores	1	0	1	0	0	0	0	0
	Misericórdia de Santo António da Lagoa	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia de São Roque do Pico	0							0
	Misericórdia de Vila da Praia da Graciosa	1	0	0	0	0	0	0	0
	Misericórdia de Vila das Velas	1	1	1	1	0	0	0	0
	Misericórdia de Vila de Santa Cruz da Graciosa	1							0
	Misericórdia de Vila de São Sebastião	0							0
	Misericórdia de Vila do Porto	0							0
	Misericórdia de Vila Franca do Campo	1	0	0	0	1	0	1	0
	Misericórdia do Corvo	0							0
Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia	1	0	1	1	0	1	1	0	
Misericórdia do Nordeste	1	1	0	0	0	1	1	0	
	<b>Açores</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>0</b>